



O VERSO
DOS
TRA
BA
LHA
DORES

textos

Eliane Brum
Mia Couto
Milton Hatoum
José Rezende Jr.
Clara Arreguy
Xico Sá
José Luiz Passos
Marcelo Rubens Paiva
Lya Luft

fotos

Geyson Magno
Avener Prado
Tibério França
Marlene Bergamo
Walter Firmo

TI TERCEIRO NOME

O VERSO
DOS
**TRA
BA
LHA
DORES**

textos

Eliane Brum
Mia Couto
Milton Hatoum
José Rezende Jr.
Clara Arreguy
Xico Sá
José Luiz Passos
Marcelo Rubens Paiva
Lya Luft

fotos

Geyson Magno
Averner Prado
Tibério França
Marlene Bergamo
Walter Firmo

O VERSO
DOS
**TRA
BA
LHA
DORES**

organizadores

Rodrigo Farhat
Alessandro Soares

textos

Eliane Brum
Mia Couto
Milton Hatoum
José Rezende Jr.
Clara Arreguy
Xico Sá
José Luiz Passos
Marcelo Rubens Paiva
Lya Luft

fotos

Geyson Magno
Avenir Prado
Tibério França
Marlene Bergamo
Walter Firmo

AGRADECIMENTOS

Aos procuradores João Batista Machado Júnior, Leonardo Osório Mendonça, Erlan José Peixoto do Prado, Jeane Carvalho de Araújo, Janilda Guimarães de Lima, Vanessa Patriota da Fonseca, Teresa Cristina d'Almeida Basteiro e Júnia Bonfante Raymundo pelas contribuições que ajudaram a viabilizar o projeto.

Ao jornalista Fábio Victor, pelas valiosas sugestões.

À equipe da assessoria de comunicação do MPT, principalmente a Mariana Banja, Ana Elisabeth Alves, Carolina Vilaça, Cyrano Vital, Guilherme Peixoto e Sâmelma Lemos.

Aos motoristas do MPT Raimundo Otávio dos Santos, Ronnie Von Alves de Lima, José Maranhão Silva Filho e Marcos Tavares dos Santos.

À agente literária Lúcia Riff.

Também fazemos agradecimento especial à Folha Press, que gentilmente cedeu as imagens que integram o ensaio **Imigrantes**, de Avener Prado.

SUMÁRIO

09	APRESENTAÇÃO	93	ISAULINA Clara Arreguy
11	PREFÁCIO Milton Hatoum	109	LAVRADORES Tibério França
15	O RUÍDO Eliane Brum	119	VAQUEIRO, UM HERÓI MARCADO COMO GADO Xico Sá
27	GESSEIROS Geyson Magno	125	VAQUEIROS Geyson Magno
41	CARTA DE MOÇAMBIQUE Mia Couto	133	OS MÓVEIS DO MUNDO José Luiz Passos
51	IMIGRANTES Avenér Prado	143	O ESCRAVO MODERNO Marcelo Rubens Paiva
63	HISTÓRIA DE DOIS ENCONTROS Milton Hatoum	149	PORTUÁRIOS Walter Firmo
69	CARVOEIROS Tibério França	159	TRABALHO ENOBRECE? Lya Luft
79	O MENINO QUE NÃO VIA O CÉU José Rezende Jr.		
87	BOLIVIANOS Marlene Bergamo		

APRESENTAÇÃO

A arte sempre retratou o universo do trabalho. Giuseppe Pellizza da Volpedo, Candido Portinari, Tarsila do Amaral, Henri Cartier-Bresson, Sebastião Salgado, Fritz Lang, Charles Chaplin, Bertold Brecht, Émile Zola, Carlos Drummond de Andrade, João Cabral de Melo Neto, John Lennon, Chico Buarque, Arrigo Barnabé e uma inesgotável lista de nomes de diferentes países e momentos históricos enriqueceram o olhar sobre a tarefa de artesãos, agricultores e operários.

O **Verso dos Trabalhadores** nasce do desejo de incentivar a reflexão sobre as profissões, suas simbologias e impactos na vida contemporânea. A partir dessa ideia, convidamos diferentes autores brasileiros a fazerem literatura e fotografia especialmente para o projeto.

Algumas mudanças enriqueceram a proposta original e a primeira delas é a presença de Mia Couto, moçambicano que é íntimo do Brasil. Outras são os ensaios fotográficos **Imigrantes**, de Avenir Prado, e **Carvoeiros**, de Tibério França, produzidos antes da concepção deste livro, e a crônica **História de Dois Encontros**, de Milton Hatoum, o único texto não inédito.

O elenco deste **Verso** conta ainda com José Luiz Passos, Marcelo Rubens Paiva, Eliane Brum, Clara Arreguy, José Rezende Jr. e Lya Luft. Ao todo, o livro traz nove textos, que vão da crônica à carta, passando pelo conto e pelo artigo, intercalados por sete ensaios fotográficos.

Afastado do fotojornalismo há vários anos, Walter Firmo reviveu o início da carreira ao aceitar a proposta de fazer **Portuários**. Xico Sá e Geyson Magno partilham um assunto que conhecem desde muito jovens: a vida dos **Vaqueiros**, embora trabalhem de forma independente e a leitura de um não tenha função complementar à do outro.

O processo migratório também foi escolhido por dois autores, refletindo o fluxo mais intenso de trabalhadores imigrantes no Brasil e as consequências desafiadoras desse fenômeno recente. Avenir Prado mostra que a vida dos haitianos, senegaleses e dominicanos morando em abrigo não se parece tanto com a dos **Bolivianos** de Marlene Bergamo, em dias de domingo na praça Kantuta, em São Paulo.

Sem a finalidade de ilustrar o trabalho dos escritores, os fotógrafos puderam expressar livremente suas visões sobre a pauta combinada. Relações entre imagens, contexto e personagens retratados pelos escritores ficarão a critério do leitor. Ainda assim, percebemos que, de alguma maneira, os atores desses Versos mantêm certas semelhanças, como afirma Milton Hatoum, no prefácio, ao compará-los com os personagens dos escritores.

O resultado final traduz o conceito do **Verso dos Trabalhadores**. **Verso** entendido tanto como composição literária quanto o avesso, o oculto, o pouco visível ou até mesmo o escondido cotidiano de funcionários, colaboradores, servidores, terceirizados, frilas fixos e o que mais houver na nomenclatura do

trabalho. Nomenclatura essa que, muitas vezes, serve mais para distinguir benefícios, jornadas e rendimentos do que funções.

Este livro, de distribuição gratuita, foi produzido com recursos de multas envolvendo ações do Ministério Público do Trabalho (MPT) aplicadas a empresas que infringiram leis trabalhistas, especificamente destinados a ações de comunicação. Todo o conteúdo e informações complementares podem ser consultados no site www.oversodostrabalhadores.com.br.

As narrativas e os enquadramentos de imagens foram concebidos sem qualquer necessidade de obediência a regras e conteúdos, por vezes superficiais, da notícia. Também passam ao largo do rigor dos estudos jurídicos e não têm necessariamente compromisso com engajamentos e reivindicações sindicais. Os textos de ficção aqui reunidos contribuem para uma melhor apreensão da realidade, mostrando novos ângulos e olhares, dando voz a afetos, dores e pensamentos.

Acreditamos que as fantasias literárias também alimentam cientistas, historiadores, pensadores, juristas e demais operadores da justiça. Desta forma também vemos este livro como um exercício contra o esquecimento de casos reais, das vítimas de omissões e de ilegalidades no campo do trabalho.

Rodrigo Farhat e Alessandro Soares
Brasília, abril de 2015

PREFÁCIO

Milton Hatoum

O ferro em brasa que firma as letras iniciais do proprietário do gado marca igualmente o vaqueiro.

Xico Sá

Os leitores de *Memórias póstumas de Brás Cubas* talvez se lembrem da personagem dona Plácida, uma das mulheres mais sofridas e humilhadas da literatura brasileira.

Filha natural de um sacristão e de uma doceira, ela perdeu o pai aos dez anos, casou aos quinze ou dezesseis, enviuvou algum tempo depois, e teve de sustentar a filha de dois anos e a mãe. Dia e noite ela fazia doces, costurava, “e ensinava para crianças do bairro, a dez tostões por mês”. Quando a mãe morre e a filha foge com um sujeito, dona Plácida se sente abandonada e desamparada:

Não tinha mais ninguém no mundo e estava quase velha e doente.

Trabalhou e morou mais de um ano na casa de Virgília, e quando esta se casou, Plácida viveu “como Deus foi servido”, e “tinha um medo de acabar na rua, pedindo esmola...”.

Em vez de esmolar na rua, ela passa a cuidar de uma casa, onde Virgília – esposa de Lobo Neves – se encontra clandestinamente com o amante Brás Cubas.

No capítulo LXXV desse romance, o narrador machadiano, com sua ironia cruel, diz a que veio ao mundo a personagem:

É de crer que D. Plácida não falasse ainda quando nasceu, mas se falasse podia dizer aos autores de seus dias:

– Aqui estou. Para que me chamastes?

E o sacristão e a sacristã naturalmente lhe responderiam:

– Chamamos-te para queimar os dedos nos tachos, os olhos na costura, comer mal, ou não comer, andar de um lado para outro, na faina, adoecendo e sarando, com o fim de tornar a adoecer e sarar outra vez, triste agora, logo desesperada, amanhã resignada, mas sempre com as mãos no tacho e os olhos na costura, até acabar um dia na lama e no hospital; foi para isso que te chamamos, num momento de simpatia.

Quase um século e meio depois da publicação de *Memórias póstumas de Brás Cubas*, muitas mulheres brasileiras ainda vivem como a personagem desse romance notável de Machado de Assis. A violência, a humilhação, o preconceito, enfim, o enorme sofrimento físico e moral de milhões de trabalhadores brasileiros ainda é a maior indignidade de um país que se pretende democrático. Aliás, são raros os países desenvolvidos e democráticos em que as pessoas mais pobres, sobretudo imigrantes, não são humilhadas diariamente, pois o sistema como um todo (político, econômico e cultural), em qualquer latitude e em graus variados, é uma máquina de sofrimento para muitos trabalhadores.

Alguns textos deste livro falam diretamente sobre o trabalho escravo em pleno século 21. Outros, com viés mais ficcional, podem ser lidos como breves relatos ficcionais, ou uma mistura de reportagem, crônica e memorialismo. Essa mescla de modalidades de discurso imprime uma dimensão intimista e, em alguns casos, poética a assuntos dramáticos e trágicos das sociedades brasileira e moçambicana.

Há algo em comum na vida de um operário de uma fábrica de cimento-amianto em São Paulo; de um funcionário de uma empresa de exploração de gás no extremo Norte de Moçambique; de um vaqueiro numa fazenda do Ceará; de uma cozinheira nordestina numa casa paulistana; de um menino engraxate; de uma preta velha... Todos eles (crianças, homens e mulheres) são trabalhadores espoliados, que lembram a D. Plácida do romance de 1881.

O total descaso de tantos patrões e empresários pelas leis trabalhistas e a desumanidade gerada por essa desfaçatez revelam uma das faces da barbárie brasileira e africana.

Na “Carta de Moçambique”, em que ecoa com força a crítica de Oswald de Andrade a nossas mentes colonizadas, Mia Couto escreve:

Vivemos em Moçambique uma ordem que foi concebida nos padrões dominantes da cultura do colonizador. Esta imposição de um sistema de lógica e de valores é um crime que não aparece nos jornais. Nem se inscreve, em geral, nos programas de solidariedade entre os povos de diferentes geografias.

De fato, é preciso se libertar dos padrões dominantes da cultura do colonizador e “romper o etnocentrismo redutor da civilização industrial que controla toda a vida com a técnica subordinada à razão instrumental”, pois tudo isso degrada a alma e o corpo do tecido social. É uma tarefa difícil, mas se inscreve no desejo ou no sonho de uma sociedade mais justa e solidária. E esse parece ser o tema mais ou menos implícito dos textos reunidos neste *O verso do trabalhador*.

O
RUÍDO

Eliane
Brum

Aqui o chamaremos de T.

Na primeira vez que o vi, foram seus olhos que me capturaram. Eram olhos de quem descobrira algo que lhe custava muito acreditar. Então ficava com aquele olhar de quem havia acabado de enxergar, mas ainda não tinha processado. Um olhar para sempre surpreendido, e ao mesmo tempo descrente, esperando a qualquer momento que alguém lhe garantisse que era tudo um engano, restituísse a sua fé e o seu mundo voltasse a girar no sentido certo. “Eles sabiam, o tempo todo eles sabiam que estavam nos matando. E continuaram a nos matar”, dizia. E não olhava para mim, mas para esse lugar entre o dentro e o fora, onde parecia estar preso.

Eu estava na sua casa, na Grande São Paulo, e depois dessa frase ele se calou. Seu silêncio era como um mormaço, mas não era um dia quente. Era só o seu silêncio que fazia calor. Primeiro eu o escutei bem baixinho. O ruído já estava lá, mas como o zunido de um pernilongo que a gente não percebe logo no princípio, eu tinha estado surda para ele. Procurei a causa ao meu redor, longe dos olhos violentados dele. O ruído aumentou, e agora eu já não sabia como tinha sido possível não escutá-lo antes. Meus ouvidos me levaram ao peito dele, coberto por uma camisa tão bem passada que ainda carregava os vincos.

Por um momento me distraí com a camisa, que me enternecia. Eu já tinha visto aquela camisa em outros corpos. Eram as camisas dos pobres, dos trabalhadores pobres, e cada uma delas continha todo um esforço, uma dimensão da vida inteira. O corte era ruim, mas o tecido era de qualidade, apesar da estamperia antiquada. Havia nela uma vontade de missa. A camisa já tinha sido muito usada, mas estava limpa e fora passada com esmero por uma esposa que amava. Para que seu homem se apresentasse bem diante da repórter, para que parecesse respeitável. E, mais do que tudo, para que parecesse o que ele era, um trabalhador “de carteira assinada”, a vida inteira numa mesma firma.

A sombra dos pobres, a de serem apontados como vagabundos, também era contada por aquela camisa. Sempre humilhados pela polícia, tendo que provar a todo momento que não roubaram, não mataram, não dormiram durante o dia, não procrastinaram, não eram os errados na hora errada. O esforço de provar a inocência dia após dia, na ordem acima da ordem. Mais abaixo essa história seria contada pelos sapatos de casamento. Preto, o bico afunilando na ponta, desajeitados naqueles pés habitua-dos aos calçados de solado grosso do chão de fábrica. Mas o adequado para a ocasião, teria garantido a esposa. Uma jornalista era

quase uma autoridade, era bem parecida com uma doutora e, tão logo ele abriu a porta, antes de os olhos voltarem para aquele lugar de onde só saíam por um susto, para retornar em seguida, ele havia me estendido a carteira de trabalho. A minha carteira de trabalho poucas vezes saiu da gaveta, jamais me deu qualquer orgulho. Mas a dele, a do trabalhador pobre, era a prova, o escudo que o defendia numa sociedade em que já nascera sob o signo da suspeição.

Naquele momento ainda estávamos em pé. E eu, constrangida, sempre constrangida por aquele gesto, barrei a carteira com um movimento suave da mão. Não precisa me mostrar, eu disse. Eu acredito no senhor. E ele, visivelmente frustrado, me fez sentar num sofá de dois lugares enquanto puxava para si uma cadeira com assento de palha. Pedi para trocarmos de lugar, explicando que para escrever eu preferia ficar mais ereta. Ele não entendeu, mas concordou. Depositou então a carteira de trabalho na mesinha entre nós, perto de um vaso com rosas de plástico, uma imagem de Nossa Senhora Aparecida e o porta-retrato onde uma família sorridente posava diante de um daqueles bolos de casamento com grandes flores de glacê cor-de-rosa (margaridas, talvez?) e dois bonequinhos, o noivo e a noiva. Pousou a carteira de trabalho com cuidado, como se ela pudesse se ferir nas suas mãos embrutecidas pelas máquinas. E ali ela ficou, como um monumento que o protegia também de mim.

Mas me distraí. Eu estava buscando o ruído que me levou aos botões brancos e pequenos da camisa. Por trás deles, o peito se movia com uma lentidão penosa. E agora o som era quase um rugido. Como eu não percebera antes? Daquele momento em diante eu estaria para sempre diante dele, e estive algumas vezes, ouvindo o seu peito baixar e subir, como se o pulmão quisesse abarcar todo o ar a cada inspiração e fracassasse em todas elas. Como um peixe, pensei. Como um peixe fora d'água, tentando respirar sem conseguir. Um peixe que vai morrer no minuto seguinte. E sabe que vai morrer. Aquele olhar fixado era o mesmo olhar do peixe atirado à margem do rio, jogado de súbito para fora do mundo que ele conhecia.

De repente, o ruído que eu demorei a escutar tomava conta do ambiente e me parecia que suplantaria a sua voz quando ele voltasse a falar. Logo me soou insuportável e apenas por um segundo eu procurei um botão qualquer onde eu pudesse desligá-lo, como um daqueles ventiladores de teto de filme antigo de tribunal. Soube que nunca me livraria desse som, como jamais me libertaria daquele olhar. E agora ele me encarava, saído do transe. “Você está ouvindo?” Como ele poderia saber, me envergonhei. “Eu ouvi pela primeira vez numa noite em que não pude dançar com a minha mulher. Era um baile e todo mundo sabia que eu dançava bem. Eu me preparei para fazer o meu show, mas depois de umas voltas tive de parar. Não tinha mais fôlego.”

Eu o escutava, e escutava também o som quebrado do seu peito. Quis fugir dali, mas me obriguei a ficar sentada. Ele não parecia perceber o meu desconforto. T. queria contar, e eu deveria querer escutar. Mas eu só queria escapar daquele ruído que começava a me asfixiar também. “Era um bolero, *Solamente una vez*, conhece?” E cantarolou baixinho, esquecido de mim. “Solamente una vez y nada más...” Esgotado, fez uma pausa antes de mais uma vez voltar ao salão de baile. “Sentado na mesa eu já não ouvia mais esses versos. Eu só escutava a coisa dentro de mim, a coisa que me roubava o ar.” Coisa, eu disse, suavemente interrogativa, como uma psicanalista pontuando um discurso na assepsia de um consultório.

“A coisa, você sabe, o amianto”, e voltou a me olhar. Acariciou o peito com a mão grande, um dedo médio torto por algum trauma. Um acidente de trabalho, talvez, anotei no meu bloquinho para perguntar mais tarde. “Está dentro de mim. Eu vou morrer e vai continuar dentro de mim.” E pareceu de novo se perder.

A mulher dele surgiu com o café numa bandeja, um prato decorado com bolachas recheadas. Para adoçar a vida, ela disse. Eu sorri, agradecida. E só naquele momento me deu vontade de chorar. Não pelo homem horrorizado diante de mim, mas pelas xícaras com pequenas flores que me lembravam a cozinha da minha avó. Pelas bolachas,

que também na minha infância eram “para as visitas”. Pelo cabelo que eu adivinhei ter sido arrumado para me causar boa impressão. Ela então autorizou-se a sentar ao lado dele no sofá. Quase na ponta, incerta se deveria estar ali, mas arriscando.

T. não pareceu notá-la ao seu lado. Seguiu falando, como se falasse não para mim, mas para alguém que só existia dentro dele. “Quando a fábrica se instalou aqui, todos queriam um emprego. Era grande e a gente achava bonita. Era o progresso chegando. E a gente queria estar nele. Eu era jovem, minha família tinha vindo da roça pra uma vida melhor na cidade, e eu achava que podia progredir junto com a firma se fizesse tudo certo. Sabe, crescer com a empresa, era o que a gente pensava naquele tempo. E acho que progredi.” Mostrou a casa num gesto amplo, em que precisou das duas mãos. E a casa simples, mas bem construída, com paredes de alvenaria, pareceu ficar maior quando a vi pelos olhos dele. Hesitante na primeira frase, a mulher completou. “A gente queria casar, sabe, mas meu pai só aceitava se ele tivesse um emprego bom. Então a fábrica era toda a nossa esperança.”

Ela agora estava confiante, as costas afundadas no estofado de um tecido florido que lembrava veludo, mas o corpo esticado para frente, as mãos torcendo-se sobre o vestido de pequenas flores azuis. Esta era uma mulher que gostava de flores, pensei, mas não havia flores vivas naquela casa. “O pai dela

queria alguém mais bem colocado na vida, era um homem rígido, dos antigamente. Quería que ela se casasse com um militar.” Fez um pequeno intervalo em busca de ar. “Mas ela tinha dançado comigo num baile e nunca mais pôde olhar para outro.”

Agora ele ria, sedutor, o olhar suavizado, e eu pude vislumbrar o homem que ele havia sido. “Sabe, ele dançava bem, mesmo”, ela continuou, animada. “Todas as minhas amigas queriam dançar com ele.” Ruborizou um pouco, as bochechas ainda virgens depois de todos esses anos. “Eu também queria casar com um militar, por causa das espadas, sabe. Não é do seu tempo, a senhora é ainda muito jovem”, e sorriu, me espiando para constatar se o elogio tinha me deixado contente. Eu fiz um sinal de “não sou tão jovem assim” com as mãos, acompanhado de um meio sorriso. Ela então continuou, satisfeita. “Mas quando um militar casava os outros faziam uma fila e levantavam as espadas, os noivos passavam por baixo. Era o casamento mais bonito, sabe, nós todas queríamos.” E o que aconteceu, perguntei. “Acho que me apaixonei porque ele era o melhor bailador.” E se sacudiu num riso encabulado.

Eu nunca ouvira essa palavra, bailador, e a sublinhei no meu bloquinho para lembrar-me de não esquecê-la quando fosse escrever a reportagem. Mas ela já seguia, falava bem mais rápido do que ele, engolindo algumas sílabas na ansiedade de não ser interrompida. “As outras me invejavam por

eu dançar a noite toda com ele. E ele era um pouco bonito, tinha esses olhos, sabe, mas sem as rugas. E era cheio de lábia, ah, como era.” Eu deixei de escutá-la por um instante, tentando enxergar o que ela vira nos olhos dele no passado. Mas não consegui ultrapassar a escuridão dos olhos do presente. E deixei cair a caneta no chão, uma coisa bem minha quando me atrapalho. Ela não percebeu, continuava falando. “Eu era boba naquela época, mas tive sorte. Ele era muito trabalhador e fomos felizes, sabe.” Ela era do tipo que falava “sabe”, a bengala da língua a sustentar seu esforço. E ela se esforçava muito. “Até a gente descobrir, pelo menos.” E baixou a voz e os olhos. E o tempo dos sorrisos terminou.

Eu esperei. O peito dele subindo e descendo como um carro velho numa ladeira. E o ruído. Tentei imaginar como aquela mulher suportava passar a noite ouvindo aquele som no peito do homem que amava, querendo desligar o som, mas sabendo que o som só cessaria com a morte. Que aquele ruído era o melhor som que teria para sempre e o sempre ficava mais curto a cada dia. Olhei para ela, num sobressalto, e acreditei que ela tivesse escutado o meu pensamento, porque se afundou no sofá e pareceu querer entrar nele.

Me senti dominada por aquela atmosfera, engolfada naquele mormaço que me paralisava. Contrariando minhas crenças de que é preciso ser capaz de suportar o silêncio para escutar um outro, fiz uma pergunta

atabalhoada, num tom mais alto do que eu gostaria. Parecia tão jornalista agora. Direta, objetiva. Quando o senhor descobriu que o amianto estava lhe matando? Ele se assustou, como se demorasse a registrar a troca de ritmo. “Quando?” O quê, quem, quando, onde, como, por quê, as seis perguntas que um estudante de jornalismo aprende na faculdade que devem ser respondidas logo no início de uma reportagem. Como se fosse possível respondê-las num punhado de frases, como se elas contassem algo do essencial. O essencial era o ruído, e ele não vivava palavra.

“Os primeiros começaram a ficar doentes, mas a gente não sabia que uma coisa tava ligada na outra. Não é como aquele vírus, o ebola. É lento, a gente vai perdendo o fôlego, vai ficando cansado, até que a gente nem consegue mais ir na padaria comprar o pão. Ou dançar.” T. falava como um autômato, e eu sabia que ele se esforçava para responder, mas não estava lá. “Você tem que entender”, e agora ele voltava a me olhar, mas ainda parecia que não me enxergava, “que a fábrica era a nossa mãe, era assim que a gente via ela. Era como uma grande família. Eles diziam isso pra gente, e a gente achava que era assim mesmo. Trabalhar na fábrica era bem visto na cidade, a gente se orgulhava. Eu carregava a fábrica no peito, entende?” E fez uma pausa para recuperar o ar. Será que ele percebia que era agora que ele de fato carregava a fábrica no peito? Ele percebia, eu soube logo em seguida.

“A gente se orgulhava mesmo, e eu não posso mentir, eu gostava de trabalhar lá. Toda a minha vida foi lá, criei meus filhos lá, me sentia realizado de levar meus meninos na fábrica e dizer que trabalhava lá. Era um trabalho de homem. Como eu ia acreditar que carregava a fábrica no peito, sim, mas desse outro jeito?” E voltou ao olhar de limbo.

Eu me enganara. T. não estava inteiramente lá, mas lá e aqui. Ele ainda contava uma história, mesmo sabendo que a história nunca poderia ser contada em sua inteireza. Era um pouco como respirar. O ar se tornava cada vez mais difícil de alcançar, mas ele ainda conseguia capturar o suficiente para continuar vivo. E, quando ele parava de falar, não era apenas porque voltava ao horror, mas porque ficava sem fôlego. T. estava exausto. Ele havia sido traído pelo século 20. A chaminé da fábrica era o falo da sua época.

Diante de mim, o operário prostrado era o da modernidade decaída. As ilusões de progresso e potência desapareceram junto com o ar. Seu corpo era um planeta corroído. Ele alcançava o século 21 com a força de uma literalidade. Mas era ele o primeiro a pagar o preço, começando por descobrir que construía uma vida sobre fumaça. Fumaça, não, pó. O pó do amianto. E agora a verdade o condenava. Não era apenas a sua existência concreta que ele perdia, mas tudo o que ele acreditava ser e o que acreditava ter vivido.

A fábrica era uma entre dezenas que as multinacionais do amianto espalharam pelo mundo, e também no Brasil. A fábrica-família, que cuidava dele e dos seus, era uma construção simbólica. A fábrica, a engrenagem real e monstruosa, não via nele um filho. Se havia uma mãe, ela era uma Medeia. Os donos da fábrica, aqueles senhores tão longe, com nomes estrangeiros, viam nele e em homens como ele apenas ossos e músculos. Era literalmente com a sua carne que alimentaram uma das indústrias mais bem sucedidas do século 20. Quando instalaram a fábrica na cidade, os poderosos imperadores do asbesto já sabiam que, quando aqueles homens cruzavam a porta, empunhando orgulhosos a sua carteira de trabalho, estavam quase certamente condenados a morrer por asfixia. Ou pelo agressivo e sempre fatal câncer do amianto, o mesotelioma. Entrar na fábrica era dar o primeiro passo no corredor da morte. E os donos da fábrica sabiam.

“Eu demorei muito a acreditar que eles sabiam. Nós todos demoramos. Mesmo doentes, mesmo sem ar, a gente ainda levou tempo pra acreditar”, ele voltou a falar, e a voz era tão baixa que eu tive de me curvar para a frente para ouvir. Quando o senhor acreditou?, perguntei baixinho. Em vez de responder, ele colocou três colheres de açúcar numa xícara, sem nenhuma pressa, como se estivesse procurando a resposta em algum arquivo interno. Despejou café por cima e depois mexeu com uma

colherinha. Levou a xícara até a boca, com uma mão trêmula. E tomou um gole, bem lentamente, como se fosse a coisa mais importante do mundo. Só então reparei que a colherinha ostentava uma pedra colorida na ponta, de novo como as da minha infância. E por um momento fiz dela uma madeleine para escapar dali.

Mas sua voz, como uma faca, rasgou meu devaneio e me trouxe de volta. “Eu só tive certeza quando bateram aqui, nessa porta”, e apontou para a entrada da sua casa, “me oferecendo dinheiro pra assinar um papel em que eu abria mão de entrar na justiça contra a firma.” Você assinou?, interrompi, numa ansiedade errada. Ele me olhou, e pela primeira vez vi ali o ódio. Era tão escuro que me mexi, como se não encontrasse mais posição na cadeira. Mais tarde me diriam que os olhos dele eram azuis, e eu não acreditei. Eram, me garantiram, mas não foi o que eu vi. Não havia nenhum céu naquele olhar, só inferno.

A mulher botou a mão no joelho dele, como se para apaziguá-lo. De novo, ele pareceu não perceber. Em vez disso, arrancou a caneta da minha mão num golpe rápido e, empunhando-a, disse. “Não. E nunca vou assinar. Nem nunca vou fazer acordo. Eles vão ter de reconhecer que nos mataram, a Justiça vai obrigar eles a reconhecer o que fizeram com a gente. Eu vou morrer, mas o mundo inteiro vai saber que eles são assassinos.”

Sem esperar um segundo para que ele retomasse o fôlego, eu atravessei. “E se não houver justiça?” Eu sabia que estava sendo cruel, que aquele espasmo era sua máxima demonstração de potência, era sua derradeira tentativa de morrer como um homem. Mas eu precisava fazer a pergunta, porque eu sabia que não haveria justiça. Não na vida dele, pelo menos. Talvez nunca. Eu lembrava-me da sentença do juiz a um operário que pedia uma indenização pelo pulmão perdido por uma doença do amianto. E o juiz sentenciara: é possível viver com um pulmão só.

Mais tarde eu me daria conta que deveria ter me calado. Que ele também sabia que seria derrotado, mas que justiça era toda a esperança que ele podia ter e que eu não tinha o direito de fazer qualquer gesto que pudesse abalar uma ilusão tão frágil. Mas eu ainda não envelhecera o suficiente para tocar a delicadeza de uma vida humana perto da morte. Mesmo assim, ele pareceu não me escutar. Seu peito rugia com o som e a fúria de um texto de Shakespeare.

Ele se levantou, uma das xícaras caiu no chão, como se fosse em câmera lenta. Espatifou-se. E ele ainda assim não escutava. “Isso tudo aqui é amianto. Minha casa é amianto. Eles me deram amianto pra misturar no cimento, pra fazer as paredes e o piso do quintal. Tem amianto no meu telhado, é de amianto a minha caixa d’água. Eles me deram e eu agradeço! E, quer saber, eu não tenho vergonha de dizer. Até minhas

cuecas eram de sacos de amianto, tingidos de azul.”

Enquanto ele falava sua face se contorcia, e eu reparei pela primeira vez que as maçãs do seu rosto eram encovadas e todo ele era coberto por um branco acinzentado. Um homem-esqueleto coberto por uma pele fina, quase transparente. “Eu levei meus filhos pra brincar na poeira cinzenta, eles achavam bonito. Era um dia feliz, a gente não sabia. E eu talvez tenha condenado meus filhos à morte. Eu. Os meus filhos. Mas eu não sabia”, e seus olhos escuros pela primeira vez boiaram em água salgada. Mas ele não parou, sua fala já era rio, correnteza. “Minha mulher passou a vida lavando no tanque a minha roupa empapada de amianto, minha mulher pode ser a próxima. Eu sou um homem condenado que condenei a minha família, você entende isso?” Eu entendia, mas não alcançava. Não poderia jamais alcançar. “E pra eles pode ser pior ainda, pode ser o câncer do amianto, como é o nome?” Mesotelioma, eu falei sussurrando, como se a doença, terrível, pudesse ganhar forma e se materializar entre nós.

Lembrei-me de Romana Blasotti Pavesi, a velha mulher de Casale Monferrato, a cidade italiana contaminada pelo amianto, que perdeu o marido e a filha de mesotelioma, a menina que um dia tinham levado para ver como era bonito o redemoinho da poeira. Romana, que ainda perdeu a irmã, uma prima e um sobrinho de mesotelioma. Romana

que vivia sozinha num apartamento povoado apenas por bibelôs e lembranças e que às vezes pegava uma caixa do armário e dela retirava uma longa trança de vários tons de vermelho. A trança da filha. E a acariciava em sua dor sem nome.

T. já voltara a se sentar. Pensei que ele retornaria para aquele lugar entre o fora e o dentro, mas não. Ele mais uma vez pegou a caneta da minha mão, desta vez com suavidade, sem que eu esboçasse qualquer resistência. Olhou para ela e, por um momento, pensei que fosse quebrá-la. Mas T. apenas me devolveu a caneta, num gesto quase solene, como se só agora me autorizasse. E disse: “Escreva aí”.

Consertei minha postura, num gesto instintivo. E ele declarou, pronunciando cada sílaba com seu olhar escuro fixado em mim:

– Eu sou de amianto.

E botou a mão no peito. Sua mulher agora chorava um choro baixinho, enquanto recolhia os cacos da xícara, suas pequenas flores espatifadas. Nem as flores mortas escapavam de morrer naquela casa. Eu aquiesci com a cabeça, muda. A coisa, a coisa dentro dele. Eu conhecia a asbestose, eu a estudara. A fibra era aspirada, instalava-se no pulmão, de onde não poderia ser arrancada. Instalava-se, não. Ela fincava-se, produzindo uma lesão. O corpo reagia para curar a si mesmo. Mas a fibra continuava fazendo ferida. E o corpo continuava tentando se curar. Com o tempo, os anos, o pulmão

convertia-se numa cicatriz e já não conseguia cumprir seu destino, não era mais capaz de inspirar e expirar. Lenta e progressivamente, era isso o que acontecia dentro do homem diante de mim, num processo impossível de deter. T. estava se aproximando do momento em que o pulmão seria ele mesmo asfixiado, manietado pelo tecido cicatricial. Pulmão de pedra, era como chamavam. T. então morreria em terror, o cérebro ordenando puxar o ar, sem que o pulmão pudesse se mover. E tudo acabaria.

Era para eu ter me calado, pedido licença e ido embora. Mas eu não sabia como ir embora, e desde então nunca mais soube. De algum modo eu também estava presa e desesperada por encobrir o som daquele pulmão moribundo. Então cometi o imperdoável. Repeti a pergunta que nunca deveria ter sido feita. Errei duas vezes. “E se não houver justiça?” Ele pousou em mim um olhar comprido e vago, como se não tivesse compreendido a pergunta. Sua mulher interrompeu, tentando nos salvar. “Você quer um café fresquinho?”, e tentou um sorriso. Eu quase a abracei. “Faço num instantinho.” E levantou-se, carregando o jardim no vestido, nos deixando sós e áridos.

Ele voltou a botar os olhos em mim, e agora seu olhar era apenas triste. E sua tristeza me doeu mais do que seu ódio. Abri a boca para fazer qualquer outra pergunta, mesmo que fosse para comentar o tempo, se ia chover ou não, mas ele fez um gesto de cale-se com a mão. E disse: “Se não houver justiça, eu não vou morrer como um homem”.

Vai morrer como o quê?, eu perguntei.

“Vou morrer como uma formiguinha.”

Eu não perguntei por que uma formiga. Ele estava além das palavras. Dezenas de quilômetros depois, já na minha casa, eu continuava ouvindo o ruído. Todas as letras que escrevo aqui fracassam. Revelam apenas a impossibilidade de expressar o som da sua respiração.

O horror não se deixa dizer.

Três anos depois.

T. completava cem dias preso a um tubo de oxigênio. Um preposto da multinacional do amianto levou ao hospital um documento para ele assinar. Se não assinasse, sua família não receberia nem um centavo da indenização. Se assinasse, ganharia R\$ 38 mil. “Quase o triplo do que lhe oferecemos antes”, dizia, “o senhor vai ganhar mais do que os seus colegas”. T. estava agonizando. E eu me pergunto se aquilo diante dele, vestido de terno e gravata, estendendo um papel e uma caneta, escutava o peito do homem. T. assinou.

O ruído cessou na noite em que o cheque foi descontado.

Eliane Brum é gaúcha de Ijuí, nascida em 1966. Escritora, jornalista e documentarista, tem seis livros publicados – cinco de não ficção (*Coluna Prestes – o avesso da lenda*, *A vida que ninguém vê*, *O olho da rua*, *A menina quebrada*, *Meus desacontencimentos*) e um romance (*Uma duas*). Já ganhou mais de quarenta prêmios de reportagem, no Brasil e no mundo. Seu primeiro documentário, *Uma História Severina*, do qual é co-diretora, foi reconhecido com dezessete prêmios nacionais e internacionais. Atualmente vive em São Paulo e é colunista do portal do jornal espanhol *El País*. Trabalha com a questão do amianto, tema de seu capítulo neste livro, desde 2001, tendo publicado várias reportagens e artigos de opinião. Seu texto parte da sua experiência na escuta de vítimas do amianto no Brasil, algumas delas acompanhadas pela autora até a morte.



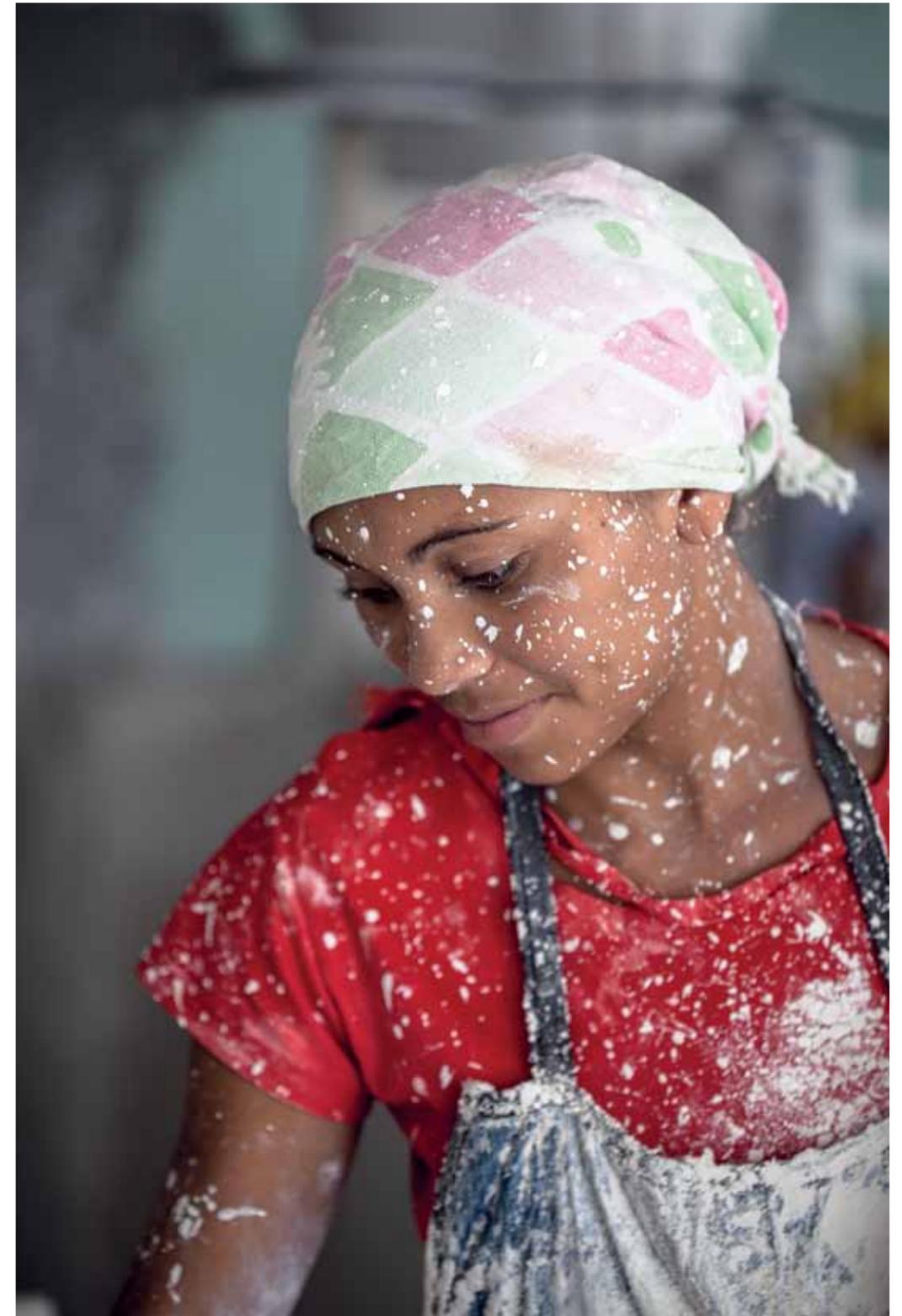
GESSEIROS

Geyson

Magno



Geyson Magno nasceu em Caruaru (PE) em 1971 e começou sua carreira no *Jornal do Commercio* de Recife, aos 22 anos. Depois trabalhou no *Diário de Pernambuco*. É co-fundador da agência Lumiar de fotografia (1994); foi finalista do Prêmio Abril de Fotografia (1998). Também é autor do livro *Encourados* (2006), cuja exposição circulou pelo Nordeste. Em 2008 venceu o II Prêmio Pernambuco Nação Cultural de Fotografia.











CARTA
DE
MOÇAMBIQUE

Mia Couto

Escrevo este texto como uma carta dirigida a um amigo. Como se o destinatário fosse um velho companheiro que desconhecesse o lugar em que vivo. Mais do que dar conta de mim, pretendo transportar para este texto um pouco do meu país, Moçambique. Parto do princípio que nos separam longas ignorâncias e persistentes fantasmas. Uma certa narrativa portuguesa que glorifica um passado heroico faz questão em eleger os descobrimentos como seu tema central. Na verdade, nós nunca fomos “descobertos”. Se quisermos uma História escrita a várias vozes e com múltiplos autores, os países de língua portuguesa só agora se estão descobrindo mutuamente. O que mais nos afasta não é a geografia, mas o preconceito. O pensarmos que já sabemos. Nós fomos tanto o passado uns dos outros, que não entenderemos a nós mesmos se nos preservarmos alheios e distantes.

Uma carta é um modo de trazer para perto quem está longe, uma forma de converter o leitor num escutador. Assim construimos a ilusão de que não escrevemos, mas falamos. E eu vou falar desta terra que se crê irmã do Brasil mas que, ao mesmo tempo, permanece tão longínqua. Na verdade, ela não é distante apenas dos brasileiros. É distante ainda de si mesma, repartida por percepções tão diversas como se fosse uma nação feita de mil nações. Dessa doença sofre, afinal, o Brasil. E sofrem todas as nações.

Talvez eu pudesse convidá-los para uma viagem. E fôssemos juntos a um lugar remoto, longe deste mundo que acredita ser global. E que acredita estar a viver num único tempo chamado de modernidade. É num lugar remoto onde muitas vezes trabalho como biólogo. É uma pequena aldeia costeira chamada Palma, no extremo Norte de Moçambique. Há anos que avalio nessa região os impactos ambientais de um projeto de exploração de gás natural.

Essa pequena aldeia vive dentro de si a fronteira dos tempos e sofre o drama de se ver projetada na lógica de uma imposta modernidade. Este lugar serviu de inspiração para o meu último romance, uma história baseada numa terrível experiência cuja vivência partilhei com a aldeia. Certa noite fui acordado por um camponês que me disse estar “lá fora um morto”. Saí estremunhado sem adivinhar que aquele encontro macabro que eu queria evitar seria apenas o início de um drama bem maior. Enquanto caminhava no escuro, o camponês disse-me o seguinte: “eles ainda devem andar por aí”. “Eles?”, perguntei já em murmúrio. “Sim, eles, os leões”. O homem morto era apenas o primeiro de uma série de 24 pessoas que, num espaço de quatro meses, foram devoradas por leões. Os leões acabaram por ser abatidos. Mas a aldeia continua a ser devorada. A ser devorada pelo Tempo. Em todo o mundo, o Tempo fala hoje uma única língua, obedece a um único modelo de pensamento.

Nas imediações deste pequeno povoado que fica no fim do fim do mundo foram descobertas das maiores reservas de gás natural do planeta. A invisível aldeia de Palma está hoje na berma de uma cratera que se abre entre a modernidade e a tradição. Quero, pois, falar-vos da aldeia de Palma. Sei, à partida, que retratar um lugar, qualquer que ele seja, é caminhar em terreno minado. Os lugares não são da ordem da geografia, mas da linguagem. Guimarães Rosa sábia disso bem quando inventou um território que só era real porque era da ficção.

Quando hoje se olha para os territórios remotos de África é comum adoptar um olhar exótico e romantizar-se essa realidade tida como única e distante. Antes, desdenhava-se e desprezava-se. Agora, o modo de secundarizar os outros é achar-lhes graça como objetos exóticos. Podemos ter saltado de século. Não saltamos para fora do desconhecimento recíproco. O nosso mundo só será nosso se for feito de muitos mundos, todos eles reconhecíveis como sendo outros e, por essa mesma razão, como sendo nossos.

Pois na aldeia de Palma, a realidade é dura demais para ser idealizada. Naquele lugar ninguém escreve, quase ninguém fala português, as escolas só abrem em certos dias do mês, não há polícia nem hospital e até há pouco tempo não havia senão uma nebulosa presença do Estado.

Convido-vos agora a visitar comigo a pequena aldeia. Na aparência estamos longe do mundo da escrita. No entanto, assim que entrássemos nessa aldeia seria possível, para quem o soubesse fazer, ler o espaço construído como se lê um livro. Tudo ali está inscrito como um código, uma mensagem. As casas estão posicionadas de forma a que se saiba que tipo de família ali vive. Essas inscrições no chão e nas árvores atuam como sinais sagrados de proteção familiar. Os panos das mulheres, postos a secar ao sol, dizem quem é cada uma delas pelo simples padrão do seu desenho.

Quando vos apresentasse o chefe da aldeia, veriam as tatuagens no seu rosto. Quem soubesse ler essas escarificações, entenderia que havia ali a clara intenção de um texto. E quando finalmente as pessoas se colocassem frente a frente, veriam que o modo de cumprimentar era bem mais uma simples saudação. A maneira como se aperta a mão, como se demora o gesto nesse estar mão na mão, a exibida deferência do braço esquerdo segurando o braço direito (é o modo de mostrar como o braço do outro pesa mais do que o nosso). Depois, quando se iniciassem as conversas, o modo como se distribuem as cadeiras, a sequência com que se ocupam os lugares, tudo isso são sinais que são produzidos para serem lidos. Tudo isso são modos de traçar fronteiras, definir hierarquias e ordenar o caos.

Não pretendo recuperar uma visão folclórica de uma realidade tida como exótica. O que eu quero dizer é que há universos humanos que só se sabem dizer na oralidade. E esses universos podem não saber escrever no nosso reconhecido alfabeto. Mas eles escrevem, e escrevem-se de outros modos. A terra, os panos, os gestos, os corpos, tudo isso são páginas onde a oralidade desenha as suas próprias caligrafias.

O mês passado, nesse mesmo lugar, nessa aldeia de Palma, um pescador veio à minha tenda para se queixar de uma injustiça alegadamente praticada por uma companhia petrolífera. O pescador, chamado Amade Juma, tinha estabelecido um contrato para trabalhar na abertura de uma estrada. Amade é um dos poucos que ali sabem falar português. Mas ele não sabe ler nem escrever e por isso usou como assinatura uma cruz em cima daquilo que lhe disseram ser o seu nome.

O pescador trabalhou na primeira semana. Na segunda semana, não compareceu ao serviço e mandou em seu lugar o cunhado. Na terceira semana, como estivesse a chover, substituiu o cunhado por uma das esposas. Como os patrões reclamassem, ele substituiu a esposa por duas esposas mais jovens. Os patrões voltaram a reclamar e convocaram Amade para lhe declarar que ele não estava a cumprir o contrato.

– E por quê?, perguntou o pescador.

– Porque você anda muito ausente.

O homem ficou atônito: ausente? E parecia que se estava a falar de uma outra pessoa.

– Ausente?, voltou a perguntar. Então eu não estive sempre presente? Houve dias que tive que ir pescar, e veio o meu legítimo cunhado Antoninho; houve dias que choveu e as minhas mulheres não podiam trabalhar no campo, por isso vieram elas. Mas nunca deixei de vir trabalhar.

Estava claro: para ele, o compromisso tinha sido respeitado. Porque o acordo havia sido firmado não com uma pessoa singular mas com toda a sua família. Em Palma, a família – e não o indivíduo – é a entidade que responde perante o mundo.

Nesse mesmo dia, fui chamado por um dos representantes de uma multinacional que dirigia o projeto de prospecção de gás natural. O homem apresentou-me a seguinte queixa: este povo daqui é muito preguiçoso, teremos que contratar gente do Sul. Essa gente do Sul já há muito tempo que vive a cultura do trabalho assalariado e sabe o que é respeitar contratos.

Eu observava tudo aquilo com tristeza, sabendo que tudo o que fizesse de pouco valeria. Porque aqueles mal-entendidos mostram como universos culturais dife-

rentes se tocam mas estão distantes e não sabem falar uns com os outros. O ideal seria que esses universos tivessem tempo para se ouvirem e negociarem convivências. Mas a economia de mercado tem pressa. E o pescador Amade Juma e a aldeia de Palma correm o risco de serem cilindrados por razões do investimento e da geração de lucro.

Regressei à mesma região um tempo depois. E visitei uma outra aldeia, igualmente na costa. Fui ali ter porque o mesmo Amade de Palma me pediu para se encontrar ali comigo. Um cunhado seu tinha sido acusado pelas autoridades locais de desrespeito para com os investidores estrangeiros. Ele tinha-se excedido numa discussão com as mesmas autoridades e injuriara aqueles investidores. As autoridades locais julgaram que era preciso tomar medidas para tranquilizar os estrangeiros. Um “tribunal popular” iria julgá-lo no dia seguinte. Autorizaram que eu assistisse ao julgamento. O “tribunal”, chamemos-lhe assim, era um dos três únicos edifícios construídos em alvenaria e escolhera-se aquele cenário para emprestar dignidade à instituição. Mas era melhor que o não tivessem feito. O estado do pequeno edifício era da mais miserável decadência. Havia lombos no telhado de zinco, não havia portas nem janelas. Para mim seria preferível terem escolhido uma das palhotas de colmo da aldeia. Todavia, na aldeia, os lugares são medidos por outros critérios. E aquele edifício albergava espíritos vindos de muito longe e de há muito tempo.

No início da cerimónia, porém, tudo sugeria a mesma solenidade e o mesmo rigor com que a justiça se apresenta em qualquer lugar do mundo. Os próprios juizes assumiam o formalismo, o protocolo e as vestimentas de um tribunal europeu.

A abrir a sessão, os juizes fizeram questão em exhibir os volumosos livros do código civil. Uma velha e enorme máquina de escrever ecoava pausadamente, para susto de Amade, que nunca tinha visto tal engenho. Toda aquela representação mostrava ao réu que ele tinha chegado a um outro mundo. Nesse outro mundo, ele era frágil e estranho. Do outro lado, se alinhavam os que tinham poder. Do outro lado, perfilavam-se os que não só sabiam escrever como o faziam com uma máquina cheia de escuros e ruidosos dentes. No início, os representantes da Lei do Estado falaram apenas em português. À medida que o julgamento avançava, porém, a língua local, o kimwani, foi substituindo o idioma português. O edifício podia ter os danos e as fraturas que tivesse. Porque o idioma oficial remendava essas lacunas. Esse idioma era um outro edifício, com mais tecto, com mais portas, mas talvez com menos janelas.

Rapidamente, porém, aquela representação foi resvalando para uma outra cerimónia, mais solta, mais espontânea e mais dialogante. A máquina de escrever adormeceu e os dedos do secretário passaram a estar disponíveis para o gesto. Pouco a pouco, todos foram deixando de falar em português. Pé ante pé, a cultura local foi tomando conta da encenação. E a lei moderna acabou sendo engolida pelas regras do povoado. Uma proposta de sentença foi, enfim, apresentada. Não para ser imediatamente decretada, mas para ser discutida. E foi discutida não apenas com o réu mas com toda a família que o acompanhava. Não se debatia a culpa e a respectiva punição. Negociava-se, sim, a reposição do dano infligido. E porque a sentença era para ser negociada e não promulgada, a palavra falada valia mais do que o papel. No final, porém, o formalismo oficial voltou a imperar. A máquina de escrever voltou a funcionar e em português se registou a invulgar decisão: Amade foi condenado a entregar um cabrito a multinacionais investindo em África.

Falei-vos, meus amigos brasileiros, de uma aldeia da costa de Moçambique. Na verdade, por via desta aldeia, falei-vos de todo o meu país. Dos muitos mundos que esse país tem. Gostaria que dessa visita ficasse o recado de que o mais importante não é o que a viagem nos mostra, mas o quanto ela nos sugere os mundos que não vimos. Contra essa cegueira escrevo.

A minha intenção é mostrar que é preciso descolonizarmos não apenas as nações mas o olhar com que analisamos essas nações. É preciso emancipar as teorias revolucionárias que se apresentavam como sendo as únicas vias de emancipação. Experimentamos essa importação de modelos de análise em Moçambique. Eu mesmo assimilei a abordagem marxista que reduzia à luta de classes um sistema de domínio que, para além da exploração económica, vivia do desprezo arrogante de outras culturas e outras civilizações.

Quando há mais de um século se iniciaram movimentos de reclamação dos direitos humanos, a grande preocupação era a condição dos trabalhadores oprimidos e explorados pelo capitalismo. Esse movimento de contestação centrou-se em três preocupações nucleares:

nas razões políticas e sociais da opressão económica

na situação dos trabalhadores, em particular dos operários e, secundariamente, dos camponeses (entendidos como meros aliados do operariado)

na condição vivida na Europa, então centro do capitalismo.

Com o tempo, essa contestação foi sendo simultaneamente diluída e alargada. Diluída porque se generalizou a ideia de que não há alternativa para o capitalismo. O sistema renovou a sua hegemonia nas vestes neoliberais. A contestação foi alargada porque outros grupos sociais se juntaram à luta pelos seus direitos. E sobretudo porque essa reivindicação se estendeu a todos os continentes. A luta dos oprimidos e marginalizados foi, enfim, alargada e diluída porque a hegemonia do capitalismo se generalizou do ponto de vista social e geográfico.

Parto do pressuposto de que, em Moçambique, é ainda demasiado evidente aquilo que surge disfarçado em muitos outros países: o modo como se lança para o abismo do invisível aquilo que é a cultura e a religião dos “outros”. Esta operação constitui, desde há muito, uma das agressões maiores do capitalismo (escrevo “capitalismo” com alguma hesitação, porque o capitalismo se batizou hoje com um não-nome). Vivemos em Moçambique uma ordem que foi concebida nos padrões dominantes da cultura do colonizador. Esta imposição de um sistema de lógica e de valores é um crime que não aparece nos jornais. Nem se inscreve, em geral, nos programas de solidariedade entre os povos de diferentes geografias.

Um entendimento fundado na cultura dos sistemas de domínio internacional: era disso que eu queria falar-vos, nesta breve carta. E tudo isto de que falei se resume ao convite de conhecer não uma realidade abstracta, mas a vida concreta de pessoas concretas. Como o pescador Amade e o seu cunhado, nas arredores de Palma.

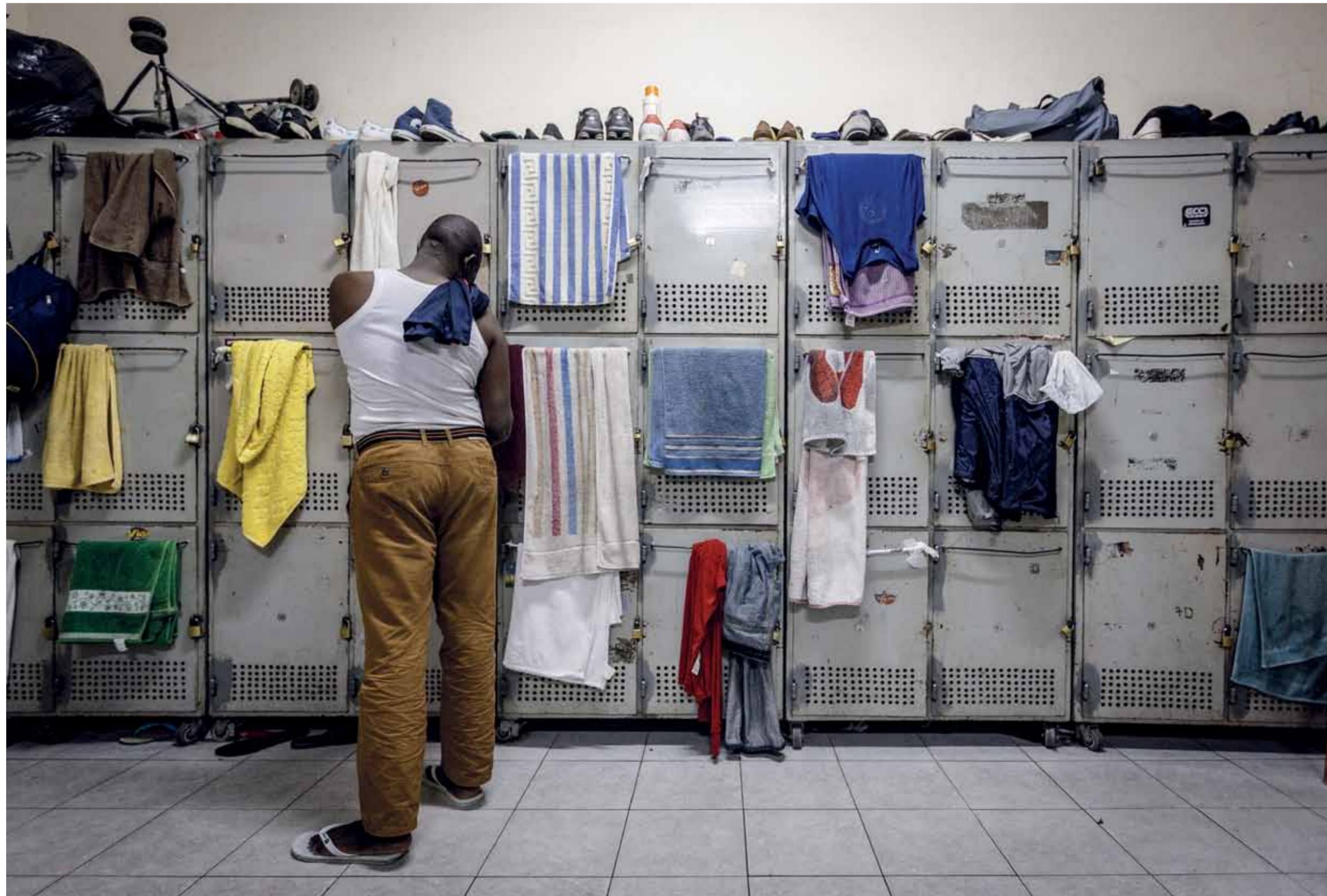
Mia Couto é escritor moçambicano. Exerce a profissão de biólogo nas zonas rurais de Moçambique. É autor de mais de 25 livros de ficção, conto, novela, poesia, ensaios e histórias infantis. É o mais reconhecido e premiado escritor africano de língua portuguesa. É membro da Academia Brasileira de Letras. Em 2013 recebeu o Prémio Camões, o mais prestigiado galardão da língua portuguesa.



IMIGRANTES

Avener Prado

Avener Prado nasceu e foi criado em Porto Velho (RO), onde aprendeu a fotografar e desenvolveu seus primeiros trabalhos documentais. É repórter fotográfico do jornal *Folha de S. Paulo* desde 2012 e vencedor do prêmio Folha 2014 na categoria reportagem.











HISTÓRIA DE DOIS ENCONTROS

Milton
Hatoum

Para Samuel Titan Jr.

Na década de 1960, os juvenzinhos de famílias ricas de Manaus gostavam de frequentar aos domingos o “mingau dançante”. Reuniam-se na praça da Saúde, onde tomavam sorvete antes de entrar no clube mais grã-fino da cidade.

Rumores insinuavam que nessas noites domingueiras, enquanto a moçada dançava, os adultos jogavam carteadado numa sala decorada com poltronas forradas de brocado suíço, cortinas de veludo alemão e tapetes persas. Nunca vi essa sala luxuosa, tão adaptada ao clima do equador. Os rumores também se referiam a perdas enormes durante a jogatina: homens e mulheres que entregavam ao ganhador anéis com brilhantes e relógios com pulseira de ouro. Não era raro um jogador perder uma propriedade. Consta que um dos perdedores teve que morar numa pensão perto do porto.

Numa dessas noites eu estava com um amigo do Ginásio Pedro II e convidei-o para assistir à apresentação da nossa banda, que ia dar uma canja antes do encerramento do mingau dançante. Os outros músicos já estavam no clube e me esperavam. Na porta, me apresentei como um dos membros da banda. O porteiro fez um gesto: podíamos entrar. Mas um homem de uns quarenta anos, talvez um dos diretores do clube, barrou meu amigo:

“Só o músico”, ele disse. “O acompanhante, não.”

“Por quê?”, perguntei. “Ele é meu amigo.”

“Preto não entra aqui.”

Meu amigo me disse que era assim mesmo, já estava acostumado com essas coisas: que eu voltasse para o clube e participasse do show. Ele se afastou e desceu a avenida, calado.

Estudávamos na mesma sala do Pedro II, onde concluímos o curso ginásial. Depois eu saí de Manaus e passei muito tempo sem vê-lo.

Em abril, quando visitava a cidade, encontrei-o por acaso na praça da Saudade. Na tarde dessa quinta-feira nublada e úmida ele se dirigia para o tribunal. Quase não o reconheci: parecia um atleta, nem de perto aparentava um cinquentão. Usava paletó e gravata; reparei também nas abotoaduras pretas, nos sapatos de cromo, no guarda-chuva cinza, de ponta finíssima. Quando me abraçou, perguntou se eu ainda cantava. Ou se cantava enquanto escrevia. Mais de quarenta anos, ele acrescentou, com um vozeirão alegre, que contrariava o menino tímido e humilhado da nossa juventude. Depois disse que era sócio de um escritório de advocacia: havia cursado doutorado em direito empresarial na Universidade de Chicago.

“Mas devo minha carreira à escola pública”, ele prosseguiu. “Aliás, nós dois devemos, não é mesmo?”

Concordei. E continuamos a conversar enquanto atravessávamos a praça da Saudade; depois paramos num bar da praça da Saúde, onde ele se lembrou daquele episódio, “na época em que tu tinhas pretensões musicais e eu era um negrinho, filho de uma lavadeira com um estivador”.

Agora me lembrava.

O clube não era mais o mesmo. A velha elite de Manaus — grandes comerciantes e herdeiros dos barões da borracha — era irrelevante ou desaparecera por completo. Quase toda a economia da cidade e do estado dependia das centenas de fábricas do polo industrial.

Tomamos um suco de graviola, contei um pouco da minha vida, saltando anos e cidades. Disse que a impressão de uma vida inteira só encontramos nos romances. “Nos bons romances”, observou, apressando-se para pagar a conta.

Ele parecia o penúltimo cavalheiro de uma cidade caótica e feroz. Saímos da praça da Saúde e, em frente ao clube grã-fino, vimos um velho sentado numa cadeirinha bem no meio da calçada. Braços caídos, as mãos roçavam a calçada, o olhar baço no céu escuro. Meu amigo parou e estendeu o cabo do guarda-chuva para o velho, que o apertou como se fosse a mão de um homem. Meu amigo riu:

“Toda quinta-feira ele cumprimenta o meu guarda-chuva. A primeira vez que joguei uma nota de dez reais no chão, ele se ofendeu e disse que não era mendigo. Mas depois vi que apanhou a nota e pôs no bolso. Outro dia me pediu vinte e eu dei.”

“Mas é um mendigo?”

“É o cara que me barrou”, disse o advogado. “Não se lembra de mim.”

Enquanto descíamos a avenida, notei que o advogado estava com pressa. Na calçada do tribunal, pôs a mão no meu ombro e disse: “Hoje à noite tenho que terminar de redigir um processo. Massa falida. Uma coisa chata e triste. Mas que tal amanhã? Vamos comer uma peixada?”

Milton Hatoum nasceu em Manaus, em 1952. Foi professor de literatura na Universidade Federal do Amazonas e professor visitante na Universidade da Califórnia (Berkeley). É autor dos romances *Relato de um certo Oriente* (Prêmio Jabuti de Melhor Romance), *Dois irmãos*, *Cinzas do Norte* (Prêmios Portugal Telecom e Jabuti de Melhor Romance e Livro do Ano) e *Órfãos do Eldorado* (Prêmio Jabuti – 2º lugar). É também autor do livro de contos *A cidade ilhada* e da coletânea de crônicas *Um solitário à espreita*. Seus livros já foram traduzidos para catorze idiomas e publicados em dezessete países. Mora em São Paulo e é colunista do jornal *O Estado de S. Paulo*.



CARVOEIROS

Tibério França







CARROCERIAS
MURUMBI

DISTANCIA



Tibério França é fotógrafo de Belo Horizonte (MG), curador independente e produtor cultural. Possui especialização em Arte e Contemporaneidade pela Escola Guignard/UEMG, onde leciona Fotografia. É o atual presidente nacional da Associação de Fotógrafos Fototech e realizador da Semana da Fotografia de Belo Horizonte.

O
MENINO
QUE
NÃO
VIA
O CÉU

José

Rezende Jr.

O menino vivia olhando para o chão. Era por isso que ele não via o céu.

Não via sol, lua, estrela, arco-íris, disco voador...

Nada.

Também não via as figuras que as nuvens gostam de desenhar no céu: cachorro, gato, elefante, girafa, jacaré...

Nada.

O menino só via o chão.

Não via nem o passarinho que voava sobre sua cabeça e o acompanhava aonde quer que ele fosse. O passarinho era o único amigo do menino. Mas o menino nem sabia do passarinho, porque vivia olhando para o chão.

O menino só tinha a roupa do corpo e um caixote com escova, flanela e graxa. O caixote, aliás, nem era dele, e sim do homem a quem entregava quase tudo do quase nada que ganhava trabalhando duro, de domingo a domingo.

O menino era engraxate. Por isso vivia olhando para o chão, procurando algum sapato necessitado de brilho.

– Vai uma graxa aí, doutor? – era só o que menino sabia dizer.

E era só nessas horas que ele levantava os olhos, à espera de uma resposta que na maioria das vezes era **NÃO!** E era nessas horas que ele via o quanto as pessoas podem ser grandes, tristes e zangadas. Assustado, o menino olhava de novo depressa para o chão, porque no chão, em vez de caras grandes, tristes e zangadas, ele só via pés apressados. E, de vez em quando, um sapato necessitado de brilho.

– Vai uma graxa aí, doutor?

O menino tinha medo. Sentia-se muito pequeno, menor que um pé de sapato. Um insetozinho de nada que qualquer pessoa podia pisar, por descuido ou por maldade.

Às vezes, de tanto olhar para o chão, o menino achava uma moeda ou um sanduíche comido só pela metade. Uma vez encontrou uma flor, que pensou em oferecer para a professora ou para a menina mais bonita do mundo. Mas o menino não ia à escola e não conhecia nenhuma menina mais bonita do mundo.

O menino não tinha nada. O menino não tinha ninguém. Só o passarinho, mas nem sabia que tinha.

Até que um dia, o menino viu a bola amarela brilhando no asfalto escuro. Aproximou-se bem devagarinho, pé ante pé, um passo de cada vez, desconfiado. Olhou em volta, com medo que alguém reclamasse a posse do brinquedo perdido. Mas ninguém reclamou. A bola não tinha dono. Ou melhor, agora tinha: era o menino.

Feliz que nem criança, sendo que era de fato criança, o menino saiu por aí chutando a bola, driblando todos os pés e pernas que encontrava pela frente, sem olhar para cima, sem ver as caras enormes de espanto e raiva.

– Vai trabalhar, menino – gritou um homem.

– Nada disso, lugar de criança é na escola – respondeu uma mulher.

– Se todos forem pra escola, quem vai engraxar nossos sapatos? – perguntou outro homem.

Mas o menino nem ouviu. O menino não tinha olhos para mais nada que não fosse o primeiro brinquedo que ganhou em toda a sua vida. De tão feliz, o menino deu um chute tão forte que a bola subiu, subiu, subiu... Foi então que o menino olhou para o céu pela primeira vez. Mas nem viu o céu. Não viu sequer o passarinho, apesar de quase pousado em sua testa.

Só viu a bola subindo, subindo, subindo...

O menino continuou olhando para o alto, sem ver céu nem passarinho, esperando a bola voltar.

Esperou, esperou, esperou... até doer o pescoço. E o céu, nada de devolver a bola. Até que o menino cansou de esperar. Baixou a cabeça e olhou outra vez para o chão. E viu um monte de sapatos necessitados de brilho. E um monte de pés impacientes.

– Perdeu o brinquedo, seu preguiçoso? Bem feito – zombou um homem.

– Vem trabalhar, menino – gritou o outro.

E naquele dia o menino trabalhou, trabalhou, trabalhou. Até quase esquecer que, por alguns minutos, havia sido criança.

De noite, exausto, o menino sentou-se na calçada, esticou o corpo sobre a cama de papelão e fechou os olhos, para ninguém rir de suas lágrimas. O menino chorou que nem criança, sendo que era de fato criança.

Morrendo de dó do menino, o passarinho assobiou uma canção alegre. Mas o menino continuou triste. De tanta tristeza, o passarinho voou para longe pela primeira vez na vida. E pela primeira vez na vida o menino ficou sozinho de tudo. O menino agora não tinha nem passarinho.

O menino, então, tomou uma firme decisão: nunca mais olhar para o céu. E nunca mais olharia, se não fosse aquele barulho esquisito, que começou

pequeninho e veio crescendo... crescendo... crescendo...

flap flap flap flap flap flap flap flap flap flap

Até que o mundo escureceu. O menino olhou para o céu, mas nem viu o céu, porque o céu estava escondido por uma nuvem gigante e veloz, um borrão colorido e barulhento que vinha

crescendo... crescendo... crescendo...

De repente, o menino sentiu o chão desaparecer sob seus pés, e já no instante seguinte voava nas asas de mil pássaros de todas as cores e cantos, que o velho amigo passarinho fora chamar às pressas. E o menino voou, voou, voou... E viu o céu pela primeira vez, com tudo a que tinha direito:

estrela

arco-íris

nuvens em forma de bicho

e até disco voador.

Viu o restinho do sol se pondo de um lado do céu e a lua nascendo do outro, em forma de uma grande bola amare... Ops! Mas não era lua coisa nenhuma: era a bola, era a bola amarela, que imaginava perdida para sempre. O menino apressou os pássaros e voou em direção à bola, como se o brinquedo fosse a coisa mais preciosa do mundo. Tão preciosa que o menino fechou os olhos, abraçou a lua com toda a força e jurou nunca mais deixá-la escapar.

Quando abriu os olhos outra vez, o menino estava deitado na calçada. Tinha a bola amarela firme entre os braços, como se fosse o goleiro da Seleção na final da Copa do Mundo.

De tão feliz, o menino nem viu a multidão de pés apressados que podia esmagá-lo a qualquer momento, por descuido ou por maldade. O menino já não tinha medo.

Espreguiçou-se e olhou para o céu. Viu primeiro o amigo passarinho; depois, as nuvens desenhando figuras desconhecidas:

escola

livros

cadernos

outros brinquedos além da bola.

O menino não sabia o que eram todas aquelas coisas, mas decidiu ir em busca de cada uma delas. E foi. Olhando sempre em frente.

José Rezende Jr. ganhou o Prêmio Jabuti (melhor livro de contos, em 2010) com *Eu perguntei pro velho se ele queria morrer (e outras estórias de amor)*. Estreou na literatura infantojuvenil em 2014, com *Fábula Urbana*. O menino que não via o céu é sua segunda incursão no gênero.

BOLIVIANOS

Marlene
Bergamo

AJUDANTE
GENERAL
F. Y. M.

F. 98324 - 4265 (CA) DAVID



Marlene Bergamo nasceu em 1965 em São Paulo. Iniciou a carreira no extinto *Notícias Populares* e desde 1995 atua na *Folha de S. Paulo*. Seu trabalho integra coleções do Museu de Arte Moderna de São Paulo, Pinacoteca e MASP/Pirelli, e exposições em países como Holanda, Alemanha e Espanha, além de bienais no Brasil. Seus ensaios podem ser vistos em livros como *Brasil Bom de Bola*, *Brasil 500 Anos*, *Torcedores – Rituais e As Donas da Bola*. Entre os principais prêmios estão o Nacional de Fotografia MINC (1996), o Grande Prêmio Folha Reportagem 2006 e 2014 e o Prêmio Folha Fotografia 2007 e 2013.



ISAULINA

Clara

Arreguy

Para Tia Neném,
Dorcelina,
Teresa,
Maria Augusta e
todas as mães pretas
da nossa vida

Eu sô uma preta veia aqui sentada ao sole. Pelo menos era assim que o meu menino mexia comigo, quando passava pelo quintá e eu cascava batata. O meu menino. Um deles. Quale? O branco, craro. O Fubá. Que meu fio preto se foi há tanto tempo já... E eu num sô uma preta veia aqui sentada ao sole. Diz o Fubá que é uma musga em minha homenagem. Duvido. Quem vai fazê musga pr'uma veia preta sem dente e sem força intê pra cascá laranja?

A primeira vez que ele falô isso foi pra me provocá. Me chamava de preta veia quando eu nem era tão veia assim. Tinha o que, sessenta ano? Sei lá. Perdeu-se nas lembrança. No esquecimento, mió dizem... Agora que passei dos cem, quem vai dizê que era veia tanto tempo atrás? Cento e um, cento e dois, quem pode sabê? Nunca tive documento, papele, nada. Minha idade foi carculada pela Grória, que era danada de inteligente e dizia que minha data de nascimento era “estimada”.

Da minha parte, sempre estimei essa data. Afiná, foi Grória que me deu. Me deu tudo: neversário, dia de festa, presente. Intê horosco ela me deu. Também, era uma data importante. O dia que cheguei à casa dela. Virô feriado nacioná. Primeiro de maio.

De nada lembro antes daquilo. Num me lembro da minha mãe. Meu pai é um borrão na solera da porta do Doutore Juiz, me

entregano pr'ele, eu mais meu irmão. Ficô viúvo com dois menino, teve que dá. Eu queria que o irmãozinho viesse junto, mas o Doutore Juiz disse que num podia. E num podia mesmo, fui vê despois. Ele também era viúvo, fiarada, e só Grória, a mais veia, pra cuidá de tudo, da casa, dos menino, de escola, roupa, remédio. Grória já crescidinha, mas ainda menina. Ainda não tinha casado com João, mas já tava noiva.

Meu pai, meu irmãozinho, o borrão se despedino sem adeus na solera do Doutore Juiz, o passado apagado com aquela borracha que Grória passava na lousa, tantos ano, ensina, corrige, conserta, ensina, repete... Grória era inteligente demais. Foi ela que me ensinô tudo. O Doutore Juiz falô assim: “Isaulina, você vai ajudá a Grória. Obedeça a ela, faça o que ela dissé e fizé”. E assim foi. Primeiro que tudo, mamadeira pro caçulinha. Grória tinha muitos irmão, mas tava pra casá. E o Doutore Juiz também já tinha noiva prometida. Assim que um se casasse, a outra também lá ia. Assim as criança não ficaria sem mãe...

Depois da mamadeira, ela foi me mostrando as panela, o arroz com feijão de todo dia, o gosto de cada um, bife fininho e bem passado, esse adora ovo mole, aquele tem alergia. Café fraco e coado na hora. Bolo pra de tarde. Bate a massa, e meus braço ficano forte. Coisa boa era batê bolo. Não demorô pr'eu aprendê a cozinhá goiaba

e fazê a mió goiabada cascão da casa. Também, com tanta fruta no pé, só mesmo fazeno doce. Manga. Figo. Limão. Laranja. O Doutore Juiz podia tê criado a fiarada à base de marmelada. A gente lambia os beijo, eu e os menino.

Aquele dia que cheguei, mirrada e com medo, foi seno esquecido sem que eu fizesse força. Só fui percebê que o tempo tinha passado um ano depois, quando Grória mandô fazê bolo, cocada e pé de moleque, e juntô todo mundo pra cantá parabéns pra você pra mim. Foi o meu primeiro neversário. Pelo meu tamanho, determinô que seria oito anos. Grória, Grória. Tudo veio dela. Só não conseguiu me ensiná a lê. Tantos ano depois da morte de Grória, um dos menino me levô pro Mobraúlio, mas também lá não adiantei muito. Aprendi a assiná meu nome, garatujei minha primeira carteira. Já tinha quantos ano? Quase setenta...

Em geral era bom na casa do Doutore Juiz, mas aquele meu primeiro ano deixô a não desejá, com o caçulinha seno levado pela gripe espanhola e a famia de novo de luto. Como podia me esquecê do pavô de fia e

pai enquanto eu dava banho mode baixá febre, tenteava que tenteava fazê o pobrezim engoli uma gotinha d'água que fosse, e nada... Os bracinho molengano, os oincho revirano, a boquinha gulitano o que pusesse pra dentro, os último tremelique antes do suspiro finá... Foi a primeira vez que um anjinho se fez nos meus braço. A primeira de tantas, Deus meu.

Enfim, chegô a noiva e o Doutore Juiz se casô. Grória e João fizeram o mesmo logo em seguida. Eles era jove e trabaiava muito, então ela não me deixô ficá na casa do pai. Mandô a madrastra arrumá outra menina e lá fui eu com minha nova mãe, minha irmã, minha patroa – o que foi Grória pra mim? Tudo, uai. Grória e João. Eles era bão demais. Me davam o que eu percisasse, me ensinavam a fazê as coisa, a entendê as coisa, nunca me deixaro faltá nada. E eu era da famia. Seus fio era meus fio. Seus neto, meus neto. Seus sobrinhos, os sobrinhos da Isaulina.

Grória e João tivero tantos fio quanto o Doutore Juiz. Era pra ser doze, mas alguns não vingaro. Num resistiro às febre, às diarreia, ao nó nas tripa. Tempo ruim, sem remédio nem médico direito. Quantas vez o menino tinha uma fraqueza, uma dô, e a gente nem sabia o que era. Nossos chá, nossas erva, de nada adiantava. A gente virava a noite dano banho, ninano no braço. Eu num deixava Grória ficá na vigia. Afinar, ela percisava levantá cedo pra mode ir pra escola, tinha os aluno pra dá aula, as prova pra corrigi, então ficava eu mesma velano o anjinho. Quantas noite, quantas cantiga, meu Deus! Ninano ora pra mode dormi, ora pro sono etelno...

Mas nem tudo era desgraceira naquês tempo de criação de fio. A gente se divertia, também. O nosso povo gosta de festa, de cantoria e de teatro. Eu sô de natureza alegre, de modo que aprendia as musga que eles tanto gostava, e ainda tirava do fundo do baú os canto mais antiquado, que lembrava nem sei como, e ensinava pr'eles. O teatrinho não podia sê feito male e male. Tinha que tê cenário e figurino, era o que eles queria e o que eu pensava. Nem que

eu tivesse que virá noite cortano e costurano. Aproveitava trapo veio, roupa que não se usa mais, resto de cortina, e olha ali o costume pras personage das menina na cena do teatro.

Aprendi a costurá, craro, ajudano Grória a apertá pros pequeno a roupa que já não servia pros maiorzinho. O uniforme deste ano da Donlita vira o do ano que vem pra Nini. O vestidinho de festa da Nini no ano passado vai sê o traje de baile da Mana este ano. Cortá, apertá, costurá, cerzi, pespontá, bordá, dá bainha, fazê e refazê. Da cô preferida de uma, com a gola que a outra imaginô. Seguino o morde que alguém achô numa revista, copiano a estrela do cinema. Tricô e crochê. Roupa arrumada, um terninho, nunca faltô pros meus menino, pras minhas menina.

Engraçado mesmo foi quando as menina crescero e começaro, elas também, a se casá e a tomá o rumo de cada uma. Era uma disputa pra vê quem me levava junto! Todo mundo queria, mas enquanto Grória viveu não tive corage de sair do lado dela. Passava temporadas na casa de uma, férias na casa da outra... Nascia uma criança na Quica, lá ia eu ajudá nas primeira semana, fazê minha canja de galinha especiale pra

muié parida, cuidá do bebê intê o imbigui-
nho caí... Ah, não se esquece de enterrá no
pé da roseira. É garantia de rosa perfumada
pro relsto da vida...

Não teve tempo mais difíce que o tempo dos
menino doente da Donlita. Os três desapuri-
rado, tadinhos, com coisa de tiroide – eu
achava que tinham tiroide intê no pinto, de
tanto que eram prejudicado, os pobre. No
começo ainda andavam, mas aos pouco
perdero os movimento, passaro a dá trabaio
pra comê, pra limpá as sujeira da nature-
za... Nunca chegaro a falá. Só me chama-
vam gritano Ina... Ina... Era o jeito de me
pedi colo, mamadeira, laranja pra chupá,
o que fosse. Aí foro crescono, os pobrema
se compricano, já dependiam da gente pra
tudo... Quanto sofrimento, Deus meu. Noites
de dô e gritos, sem força nem pra morrê.
Precisaro completá quinze ano, um por um,
pra consegui, por fim, descansá... Prefiro
nem me lembrá da agonia daquês menino
no fim da vida. Num conto, não.

A vida num foi face pra Grória e seus fio.
Mas alegria nunca fartô. Turma religiosa e
festeira, cheia de fé e de amor à vida. Sem-
pre se amparano uns aos outro, ajudano
os pobre, estendeno a mão, acoieno um

parente em dificuldade. Quantas vez fomo,
eu e os mais novo da escadinha de fios,
dormi na sala pra dá lugá a uma tia veia que
viesses pra cidade passá uma temporada
em tratamento de saúde. Quantas vez uma
sobrinha ou prima veio morá conosco pra
mode estudá, pra tê uma refeição decente.
E a gente cuidano, zelano, aprendeno o
gosto de cada um, as preferência, pra mode
fazê um agrado e num deixá ninguém com
sodade de mãe.

Eu nunca fui fazedeira de pouco caso. De
casa em casa, tia de todo mundo, madrinha
de uns tanto. “Isaulina, vem morá conosco.
Nossa casa fica tão sem graça quando ocê
volta pra Vovó!” E tome bolo, doce, canja,
empadão, pastelão, papa de mio, arroz-do-
ce, arroz de forno... Eles ficano fortes e co-
rados, eu cada dia mais gorda. Por isso que
o meu menino fica me chamano de preta
veia sentada ao sole. Porque o joeio dói, viu?
Num queira sabê. Bom, agora dói menos,
depois que me fizero aquela operação e me
pusero a tal de pótrese no joeio. Agora pelo
menos posso andá mió, com uma bengali-
nha, e nem perciso mais tomá bizeró.

Mas pensam que eu num tive minha própria
casa e meu próprio fio? Tive sim. Tive meu
menino preto, fruto do meu casamento,
que eu também arrumei marido. Era um
rapaz bem apanhado, retinto, mas bonitão,
que se encantô pelas minhas bochecha
redonda e me fez a corte na missa, depois
na jinela, intê tê consentimento de João pra
ir em casa me namorá no portão, as menina
vigiano pela fresta. Aristide era o nome dele.
Com boa intenção e permissão de Grória,
me levô pro altá. E logo logo veio o Tidinho
completá minha felicidade.

Difíce pra mim foi deixá a casa da famia.
Como eu podia fazê isso com Grória, que
era tudo pra mim? Ainda bem que arru-
mamo um barraco pelto de casa. Assim eu
podia acordá cedo, cozinhá a malmita pra
mode o Aristide levá pra obra da Rio-Bahia,
onde ele trabaiaava. Depois corria pra casa
pra mode ajudá a prepará os menino pra ir
pra aula. Dava tempo. De tarde, voltava pro
barraco antes que o Aristide chegasse, pra
tê janta pro homem cansado. Fomos feliz,
apesar da sodade que os menino tinham de
mim na hora de dormi. Num acostumavam
sem meu mingau de aveia.

Quanto mais me contavam que choravam
pra dormi, mais eu chorava cá no meu
canto. Mas obrigação da muié é cuidá das
coisa do marido, antão eu me disdrobava
pra não deixá faltá nada pra ninguém, nem
cá nem lá. Foi mais difíce quando o Tidinho
tava pra nascê, eu ainda mais gorda do que
já era sempre. Mesmo assim me arrastava
pra cumpri minhas obrigação, com a famia
e o marido, e as coisa se ajeitava. Tempo
bão, mas durô tão pouco! O pobre do Aris-
tide num teve sorte num acidente na obra.
Pensa um caminhão de terra despejado em
cima d’uma criatura? Pois no movimento
de um tratô dos grande o barranco cedeu
na obra da BR e o meu marido foi soterrado,
ele mais três colega. Quatro moça deixadas
viúva, um monte de órfãozinho como o
meu Tidinho.

Ocê quer que eu lembre e conte, né, seu
Fubá? Pois antão tá. Chegaro lá em casa
com o corpo dele todo enlameado em cima
d’uma maca, padiola, sei lá. Primeiro o
susto, depois chorei e chorei. Mas alguém
tinha que dá banho no corpo, tirá aquela
lama toda. De modo que engoli o choro.
Num tive trabaio pra escoliê o telno pra vesti
ele pras despedida. Era o do casamento. O
único que ele tinha. Ficô ainda mais bonito,
limpinho e de telno no caxão.

É, quem tem fio pequeno pra criá tem mais é que enxugá as lágrima. Num fiquei uma noite sozinha naquele barraco. Grória e João foro lá me buscá logo despois do velório e do enterro. “Isaulina, vorta pra casa que percisamos docê e ocê de nós.” E fomos, eu mais o Tidinho. Meu fio foi criado junto com os dês, irmão com irmão. Sem diferença por sê preto e pobre, fio da criada da casa. Tanto que Grória ensinô pr’ele as letra e os número e arrumô bolsa na mió escola militá pra ele não ficá sem futuro. Em pouco tempo, oia o sargento Tidinho todo engalanado, bonitão que nem o pai. Como o menino me lembrava o Aristide! Nunca mais quis sabê de marido. Fiquei dramatizada. Não ia guentá a dô de outra separação.

A gente se apega e depois tem que dizê adeus. Porque meu menino puxô o pai inté na vida curta. Deus quis que ele tivesse uma doença de coração inda tão novo, e num desse tempo nem de chegá a tenente. Já tava inté noivo, pensano em casá e em me presentia com neto, quando passô male no quarté e chegô morto no hospitá. Meu menino preto, meu pobre anjinho que num conheceu pai nem fio. Outro bonitão de falda no caxão. Se num fosse a famia de Grória e João, num teria tido nem afeto nessa vida. Mas teve. Ninguém aqui em casa nunca vai esquecê o Tidinho com seu unifolme, o Tidinho com seu quepe na cabeça, o Tidinho fazeno baliza na parada de Sete de Setembro...

Do meu irmãozinho que sumiu na soleira do Doutore Juiz nunca mais tive notícia, mas nem por isso fiquei sem famia de sangue. Deu-se a descobelta da forma mais engraçada. Vô contá. De vez em quando, no tempo das féria, a famia ia toda pra praia. Uns alugava casa grande, com muitos qualto e muitas esteira pras criança passá um tempo ao sole e na água do mar. Inté eu me aventurava, de vestido largo, a banhá os pé naquês ondinha espumante e sargada do Esprito Santo.

Pois bem, uma bela manhã de sole, lá estava nós brincano na praia, eu de oio nos pequeno pra não sumi ninguém, cascano umas laranja, quando ouvi a algazarra de riso dos maiorzinho. Era uma moça que lá envinha, gorducha, co’a bunda grande, tão parecida comigo qu’ês num resistiro e mexero com ela: “Oia a fia da Isaulina, oia a Isaulina novinha...”. Parecia tanto comigo que inté no bom humor era eu escrita. Começô a ri e veio indagá por que tanta mexeção. Eles antão trouxero ela e me mostraro pr’ela. Nós duas rimo até as bandeira despregá! Parecia espeio uma da outra – com uns ano de deferença, craro.

O Fubá, sempre inxirido, logo começô a especulá co’a moça, co’a Jandira. Qual era o nome dela, nome de pai e mãe, d’onde envinha, e descobriu que o avô da Jandira era ninguém menos que o meu pai. Conversa vai, conversa vem, ficamo sabeno que meu pai havia se mudado pro Nolte de Minas,

que lá se casara e tivera duas fia, seno uma a mãe daquela jove. A outra, mais veia, entrara prum convento e agora era irmã de caridade no interiô de Goiás. Magina a emoção: descobri que tinha famia, naquelas artura da vida! Do meu irmãozinho a Jandira num sabia nem da existência. Meu pai já havia morrido, assim como minha irmã, a mãe dela. Mas eu tinha uma irmã fleira em Goiás e uma sobrinha, empregada doméstica, em Tarumirim!

Ali mesmo na praia o Fubá anotô endereço, telefone e tudo. E indesd’esse dia, com a ajuda da menina, comecei a trocá correspondência co’a Jandira. Fiquei sabeno da sua vida, de seus sonho, do moço que ela namorava e que despois de um tempo virô o pai dos fio dela, meus sobrinhos-neto. Foi uma das fia dela que me escreveu, anos depois, pra me contá da morte da minha amada sobrinha, aquela que me veio nas onda do mar morno do Esprito Santo.

A minha irmã fleira também consegui encontrá. Os menino descobriro, pelas informação da Jandira, a cidade onde ela vivia. Procuraro o convento onde ela trabaiava, pegaro o número, ligaro. Deve tê sido um susto pra Irmã Gabriela ouvi, do outro lado da linha, que era da parte da Isaulina, uma irmã mais veia que ela num conhecia e que vivia assim e assado em Caratinga, ou mió, em Belzonte, que a gente já tinha mudado. Que eu queria ir lá pra mode conhecê ela

peçoarmente. Meio sem jeito, engasgadas pela emoção, nos falamo ao telefone e combinamo tudo.

Dois mês despois, Grória me deu passagem e mandou a Zezinha ir mais eu. De modo que fomo pará em Anápis, onde a Irmã Gabriela era fleira da ordem das Clarissa, com seu lindo hábito branco e aquela cara de anjo. Num se parecia comigo feito a minha sobrinha Jandira. Ao contrário de nós, era miúda e magrinha. Bondosa, serena, me contô que nosso pai havia vivido muito, trabaiado na roça numa fazenda perto de Monte Claro e morrido bem veinho. Também num tinha notícia do nosso irmãozinho, nem sabia da existência dele. Decelto meu pai deve de tê dado o menino pra alguém, ou senão morreu pequeno, como era tão comum naquele tempo, e o veio preferia não falá mais dele. Nem de mim, pelo jeito.

As lágrima do nosso encontro, no entanto, foro somente de alegria. O tempo já tinha passado e as tristeza da infância era lembranças esfumaçadas nas noite de pesadelo. Agora a vida nos sorria, eu tinha minha famia de adoção, que eu tanto amava num amore correspondido, o Tidinho já era uma sodade gostosa de senti, quando a gente via uma parada de Sete de Setembro, uma baliza bem feita... Também com a Irmã Gabriela troquei calta enquanto ela foi viva. Quando recebi do convento telegrama comunicano seu passamento, já era vespra do sétimo dia. Mandamo celebrá missa solene pr’ela, uma santa criatura que espaiô o bem enquanto teve por essa Terra.

Comecei a contá essas história por causa da perguntação do Fubá, fio da Mana e um dos menino mais chegado comigo. Indeusde neném ele não largava de mim. Por causa do cabelinho louro, pusemo nele o apelido de Fubá, Fubareco. E assim vem seno, ele garrado na minha saia, me puxano pela mão, me assuntano as coisa. “Ina, onde foi que ocê nasceu? Ina, quando foi que ocê nasceu? Ina, do que é que cê lembra de primeiro?” E por aí afora. Ô menino perguntadô. Agora já tá veio também, já tem fio e neto, mas cismô de fazê firme, trabaiá no cinema, e inventô de firmá a minha vida.

“Ina, ocê lembra da primeira guerra?” Sei lá se era a primeira, a segunda ou a terceira, menino. Só sei que lembro da guerra. “Com’ê que era a guerra, Ina?” Era assim: o Gastão teve que se alistá no Exército. Nós ficamo morreno de medo, uma choradeira, rezas e promessas. Ele viajô pra Bahia, ficô lá encurralado num navio esperano a hora de sê mandado pra Itaia. Ocê sabe, né, a Itaia é a terra do seu tio Uíra. Era lá que os brasileiro ia lutá a guerra. Antão, o Gastão ficô esperano, esperano, intê que a guerra acabô e ele não percisô dá nem um tiro. Foi um alívio danado.

“Só isso? Que mais?” Ah, a gente passô apolto naquele tempo. Fartava coisa, tinha o cartãozinho do racionamento. A gente juntava pra comprá cada famia sua cota de comida, de querosene pro lampião, sei lá, já esqueci. “E ocês sabiam o que tava

aconteceno na Zoropa durante a guerra?” Craro, uai. A gente ouvia no rádio. Ficava todo mundo em vorta do rádio. O seu tio Mirto, que era o mais inteligente de todos, entendia inglês, francês, alumão, antão ouvia uma rádia, outra rádia, outra rádia, e ia contando pra gente. No fronte tale, aconteceu isso, isso e isso, avançamo. No fronte quar, perdemo posições... Parecia novela de rádio ou futebole, só que todo mundo torcia pros aliado e contra os alumão.

“Ina, quando foi que ocê viu luz elétrica pela primeira vez?” Ô menino inxirido, tem coisa que a gente esquece. Faz tempo demais. Num me alembro quando acendero os primeiro poste elétrico na rua de Caratinga, mas quando chegamo no Rio de Janeiro já era tudo iluminado. “Ina, como foi que ocês foro pará no Rio?” Ô meu Cristo Rebentô, mais história pra contá pra esse Fubareco metido a autista de cinema. Disliga essa praga aí, menino, que eu tenho mais o que fazê.

“Tem nada, Ina, ocê é uma preta veia aí sentada ao sole...” Assim ele fala comigo, dizeno que tem musga feita em minha homenage. Fomos morá no Rio muito depois de sair de Caratinga. João saiu do caltório da famia e foi pro caltório de Itabirito. Grória conseguiu transferença do grupo escolá e lá se foi a famiagem toda, e eu junto. Naquele tempo era só o ãozinho, a Donlita, o Gastão

e a Nini. Mana e Quica foro nascê em Tabirito. Depois, Grória passô uma temporada em Belzonte, estudano com aquela professora russa que diziam sê uma “sumidade” – mas quem vivia sumida mesmo era Grória. Nós ficava, eu mais João, cuidano das criança em Tabirito, e ela só ia no fim de semana, de trem, uma luta danada. O ãozinho foi com ela estudá na capitá.

Depois que as duas nasceram em Tabirito, nós mudamo todos pra Belzonte. Foi um tempo bom. A cidade era bem maió que as duas onde a gente tinha vivido, mas ainda era tranquila, sem muito carro. O bonde ia e vinha, a gente atravessava o centro pra vê o comércio da avenida, com aquelas arvres enormes! Mas num era perigoso. Tá certo que a Nini foi atropelada aquela vez, mas num chegô a se machucá. Foi só susto. A gente mais riu que chorô com o acontecido. Com as cara branca feito cera – da Nini e do chofê do tomove.

O João trabaiava em banco, naquela ocasião, e foi transferido pro Rio. Por isso fomo pará lá. Nessa época já tinham nascido a Gó e a Zezinha. Só a Neusa foi nascê carioca. “E por que vortaro tão rápido de lá? Não ficaro nem dois ano... Não era boa a vida na beira da praia?” Se ao menos a gente morasse na beira da praia... A gente morava longe, bobo. Tinha que pegá ombus pra vê a cara do mar. E num foi boa a estada lá, não. Acontecero coisas horrives!

“Que coisas, Ina?” Ocê já ouviu falá de ditadura, seu Fubá? “Eu já. Num sabia era que ocê também conhecia isso.” E não? Pois o João trabaiava do lado de um lugá onde eles trancava os comunista e quebrava eles de pau. Dia e noite se podia ouvi os grito dos comunista. O João, a vida toda catolco e temente a Deus, não guentava ouvi tanto sofrimento. Chegava em casa arrasado e falava com a gente: “Grória, não vô dá conta de ficá naquele trabaio. Perciso saí dali”. “Mas ir pra onde, João?”, ela indagava, tristonha, agora que tava bem colocada numa escola do Rio Comprido. “Num sei, mas vô embora nem que seja de vorta pra Caratinga...”

E assim nós fumo. João mais eu na frente, com as menorzinha, que ainda não tava na escola. Deixamo pra trás Grória e os grande, que aguardava o fim do ano coletivo, pra ela mais eles conseguirem transferença. Chegamo em Caratinga com u’a mão na frente e a outra atrás. Nos acomodamo na casa da dona Chiquinha, mãe de João, enquanto ele negociava com o irmão pra vortá pro caltório que tinha deixado uns ano antes. E fumo procurano casa pra recebê o restante da famia no fim do ano. Um pedaço difice, mas um alívio pro pobre do João, que nunca pensô tê que testemunhá tortura com os ouvido... Naquele ano ele falô tanto nessas coisa de ditadura que eu aprendi e nunca mais esqueci.

Aquês tempo de Caratinga, com as meni-
na virano moça, fazeno festa e arrumano
namorado filme, nos dero os mió dia de
juventude. Elas era inteligente, alegre e
sadias. Formosas que pareciam mocinhas
de fita seriada. Em pouco tempo se casaro
Donlita e Nini. Logo o Áozinho foi simbora
pra capitale, pra mode virá jornalista impor-
tante. O Gastão passô por aquele perrengue
da guerra, mas na vorta, curado da tubel-
culose, também arrumô noiva e fez famia.
Dez anos depois, com a mudança de um
por um pra Belzonte, restô a João e Grória,
comigo a tiracol, vortá pra perto de todos.
João empregado em banco, Grória primeiro
como professora mesmo, depois orientado-
ra, cordenadora e diretora de grupo escolá.

Enquanto isso, casa uma, nasce neto, o
Geogeno, meu Deus, coisa mais linda! Casa
outra, mais dois neto. E a famia se espaiano,
Gó e Quica pro Rio de Janeiro, netos cresce-
no, as menina percisando da minha ajuda,
eu pra lá e pra cá, de ombus, de trem, ô
sodade do Vera Cruz! A gente levava a noite
inteira entre a Praça da Estação e a Centrale
do Brasil... Sete hora da noite aqui, sete da
manhã lá... Nesse vaivém, aconteceu uma
coisa horrive: Grória vinha de temporada no
Rio com os recém-nascido de Gó e Quica
quando o ombus faz male uma curva e

encapota do outro lado da pista. Grória bate
com a cabeça, se lasca toda, mas graças
a Deus se sarva. Só que, dali em diante,
começa a senti uns branco, a esquecê o
fogo aceso no fogão, a interrompê uma fala,
sem sabê o que fazia ou dizia. As coisa vai
piorano, a gente num entendo nada, inté
que as menina acha mió leva ela pros médi-
co, pra mode vê o que se assucedida.

Grória descobriu que tinha na cabeça um
tumorro do tamanho d'uma laranja. No
encapotamento, o coiso se mexeu e agora
desafetava tudo aqui na cabeça lá dela. Era
o que me explicava os menino, com conver-
sa de célebro, função não sei das quanta.
Seria perciso uma operação de horas pra
mode retirá o negócio, com o coco seno
serrado e depois colado. Deus me livre de
senti o pavô que me vei quando sube de
tudo isso. O que seria de mim se alguma
coisa acontecesse co'ela?

Quando acordô da tale operação, Grória
num se alembra de nada do que tinha
ocorrido indeusde a viagem ao Rio, quase
um ano antes. Estranhô de vê a Nini com
neném de colo – num recordava da barriga
da fia. Os últimos mês tinha sido completa-
mente apagado da ideia dela. Em compen-
sação, num tinha mais aqueles branco, num
esquecia mais nada. E num mexia um lado.
Nem pé nem mão. Num enxergava com o

oio direito, não ouvia com o ouvido direito.
Seus movimento era só o que ela dava conta
de fazê com o lado esquerdo. O que seria
dela se eu não tivesse do lado para ajudá
ela a andá, a comê, a banhá, a vesti?

Como sofreu a criatura, com aquela inteli-
gença toda, e o corpo pelas metade. Não
pôde fazê nada quando João caiu morto
d'um derrame na cabeça. Nosso susto foi
tão grande que as lágrima só começaro a
corrê de noite, quando ele num vortô pra
dormi. Fios e fias cuidar do velório e do
enterro. Grória e eu, apoiadas uma na outra,
sentimos perdê a outra metade que ainda
lhe restava. Ela num tinha força nem pra
ficá de pé. Nem com meu braço a ampará.
Ela só alembra de uma poesia que João lia
pr'ela sobre uns cisneis que tinham prometi-
do segui juntos pela eternidade e acabavam
se separano depois de cinquenta anos
de harmonia.

A viuvez de Grória durô mais de dez ano.
Fios e netos liam livros pr'ela, a gente
repetia, aos berro, as cenas da novela de
televisão pr'ela consegui acompanhá as his-
tória de amô. Padres amigos rezava missa
na casa dela, levava comunhão, ouvia sua

confissão de muié sem pecado. Ditano, con-
seguiu escrevê um livro sobre as desventura
d'uma professora no interiore de Minas,
naquês tempo em que male tinha lousa, giz
e carteira.

Perdemo Grória num início de outubro. Seu
corpo finarmente se cansô. As ideia já tinha
se perdido nos últimos mês. Depois de oi-
tenta e seis anos de brio, tava vivo numa
caduquice inté engraçada. Via anjinhos na
solera da porta, seminaristas no jardim, gen-
te que tinha morrido há tanto tempo. Queria
porque queria consultá com o dotô Meira,
seu médico, morto tinha mais de trinta ano.
E se alguém ameaçava chamá o dotô Meira,
ela rebatia: “Não seria mió um médico vivo,
minha fia?”.

Inté hoje num sei como sobrevivi ao passa-
mento de Grória. As menina não me deixaro
pulá no caxão e segui com ela. E era o que
eu faria, num tivesse uma fila de deses-
peradas, entre sobrinhas, primas, amigas,
ex-alunos, parentes e protegidos que se
despedia da maior benfeitora que tivero
na vida.

Ocê notô como eu tô tão deferente? Ocê notô que o Brasil tá tão deferente? A água lava, lava, lava tudo, só não lava a língua do povo...

Com a morte de Grória, sua casa deixô de existi e eu fui vivê com Donlita, que já tava viúva e percisava imensamente do meu apoio. Os três fio doentinho já era só uma lembrança triste e doce. Os dois sadio, Geogeno e Mira, já criados e casados, a Donlita inventô de tê outro menino. Era o Leio, um pretinho magricelo que ela pegô das mão do Gastão, que por sua vez recebeu do colo d'uma mãe sem condição de criá ninguém, nem a própria si. A Donlita daria conta, sozinha, de cuidá de um bebê? Craro que não. Ela percisava de mim. Lá fumo nós.

O tempo passa depressa, os ano se assuce-de, as famia se cria e desfaz, por morte ou separação, e a gente ali, filme, com o colo gordo, macio e cheroso pronto para acoiê quem chega. De preferência o que perdeu a caçulice. Craro. Pois quando todo mundo só tem oios pro novo nenenzinho que acaba de chegá, quem vai consolá o penúltimo? A Isaulina, é craro. Num consigo vê sofrê menino pequeno, quanto mais quando ele não tem quem oie pr'ele.

E num é que co'a ajuda do meu Fubá consegui minha aposentadoria? Custô, eu já tava com mais de oitenta ano, mas enfim o governo, o esquitute de previdença, sei lá quem, reconheceu meu direito e passô a me pagá um salarim todo mês. Foi com meu próprio dinheirim que consegui fazer muitas viage, indo atrás dos fio, dos neto e dos fio dos neto de Grória. Gente no interiô de Minas, Quiricaba, Poço de Calda, no Rio, em Brasia, no Ceará! Fui pará em Aparecida numa romaria! Fui intê no Piraguaio, prumas comprinha com minhas amiga... Panhava o ombus na breviária e lá ia eu, toda prosa, batê pelna pelo mundo. É de vera.

O Fubareco é um que foi morá em Brasia. Lá ele começô com esse negoço de fazê firme e cismô de contá minha história. É um tar de gravá no gravadore, tirá retrato, videocassete, sei lá como chama essas coisa. Tanta conversa fiada! Tanta lembrança boa e ruim que ele me pede pra desenterrá. Diz que eu num posso ficá que nem uma preta veia aqui sentada ao sole. Diz que tem musga com essas coisa de preta veia sentada ao sole. Acho que ele tem medo que eu morra cedo. E eu me arrastano com minha pelna sem jeito – bem mió agora que operei o joeio e troquei tudo. Só uso mesmo a bengala pra dá mais apoio e batê pelna pra lá e pra cá. Num tem jeito, eu num sossego...

Morei com a Donlita enquanto ela viveu, coitada. Sofreu, viu. Porque despois de viúva sua pensão num dava pra nada. Se num fosse meu dinheirim da posentadoria, nem sei como a gente chegava ao fim de uns mês mais apertado. Nós duas lá, filmes, ajudano o Leio. Ele logo se casô e continuô morano conosco, mais sua muié e os menino, cada um mais lindo que o outro. Sabe, outro dia me dei conta que os fio do Leio são os primeiro neto preto de Grória e João. Meus também, né não? É Ina pra cá, Ina pra lá, num me dão sossego. A caçulinha num dorme sem meu chamego. Quem faz a mamadeira mais docinha e morninha? Quem assa o bolo mais gostoso? Quem embala o sonim no braço gordo sem cansera?

Pois a Donlita foi ficano esquecida, confusa, sem animação de levá nada a cabo, sem querê nem pintá os cabelo. Os menino preocupado, eu num podia tirá as vista dela. Intê que suas força minguaro demais, e com elas a cabeça parô de vez de funcioná. Virô que nem uma criança. Isaulina, me acode que eu tô com fome. Isaulina, me leva no banheiro. Isaulina, fica comigo que eu tô com medo de dormi... Triste fim de uma dama. Quando ela se foi, descansô. E nossas lágrima secaro.

Continuei com o Leio, ajudano ele mais a muié dele a educá a fiarada. Ques menino bãos! A Cíntia, a mais veia dês, é meia tope-tuda. Arresorveu de estudá pra devogada. E agora ficô importante, doutora juíza, que nem o tataravô dela, percuradora num sei das quanta. Não entendo direito o que ela tanto percura. Cismô com umas ideia isquissita sobre o meu trabaio, anda falano umas coisa que eu num gosto nem de ouvi falá. Fiquei braba mesmo com ela. Ó, pode ser fio da Neusa, pode ser fio da Mana, pode ser fio da Donlita ou do Leio, pode enrolá que eu desenrolo...

A Cíntia inventô de me levá num lugá pra falá numa tale de começo não sei das quanta, contá minha história, pra mode dá depoimento de num sei quê, de trabaio doméstico, herança dos escravo e num sei mais quê. E eu sô lá bandida pra dá

depoimento pras poliça? E eu lá sô rica pra tê herança de escravo? Falei co'ela pra levá o firme do Fubareco no meu lugá e pronto. Ele num disse que ia contá tudo no firme? Num firmô intê meu neversário de cento e dois ano? Antão!

Ah, dona Cíntia, larga de ser borrecida! Me deixa eu quieta aqui no sole que tá tão quentim. É só o que eu sô mesmo: uma preta veia aqui sentada ao sole... Para de me amolá e vai caçá selviço, menina!

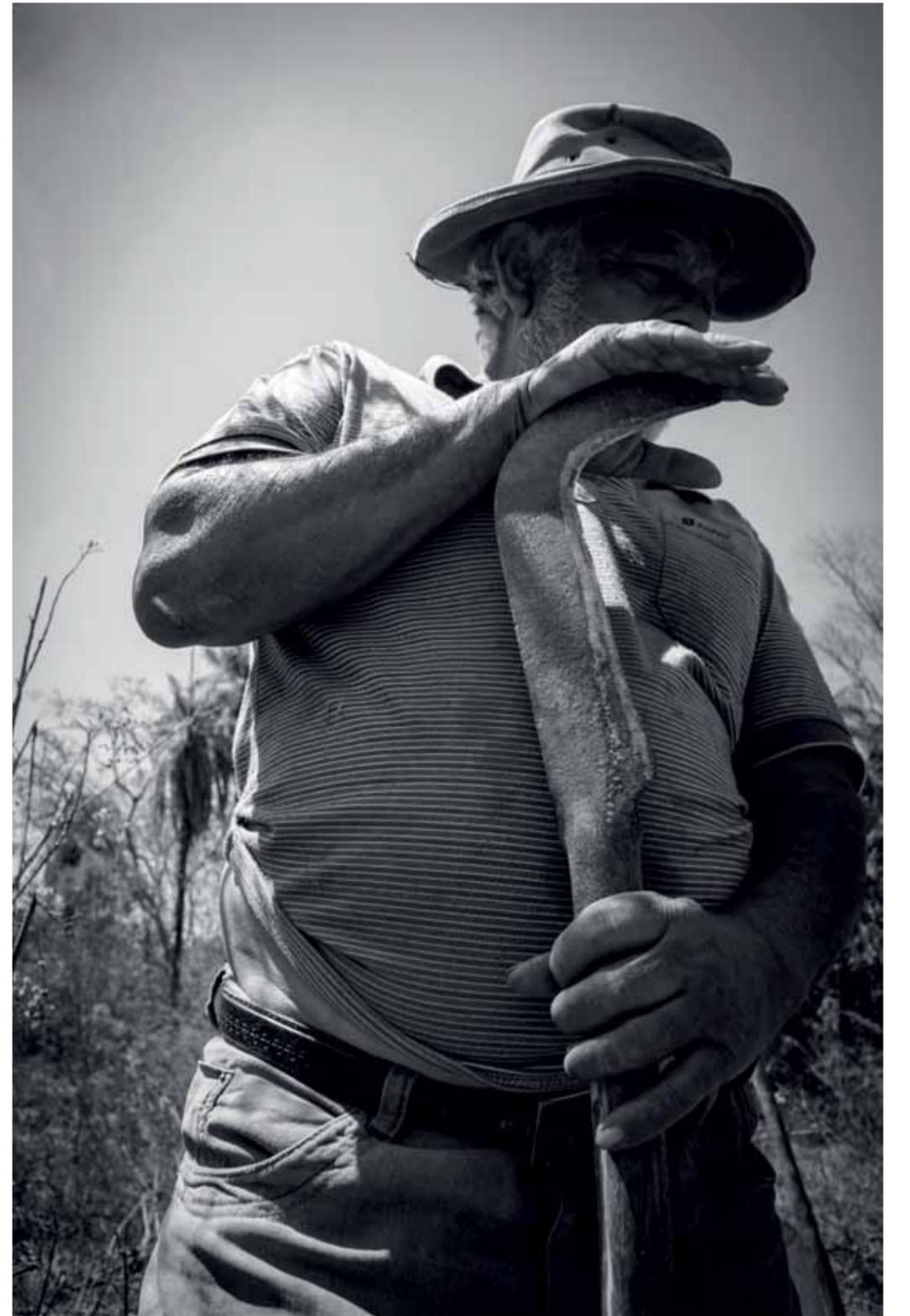
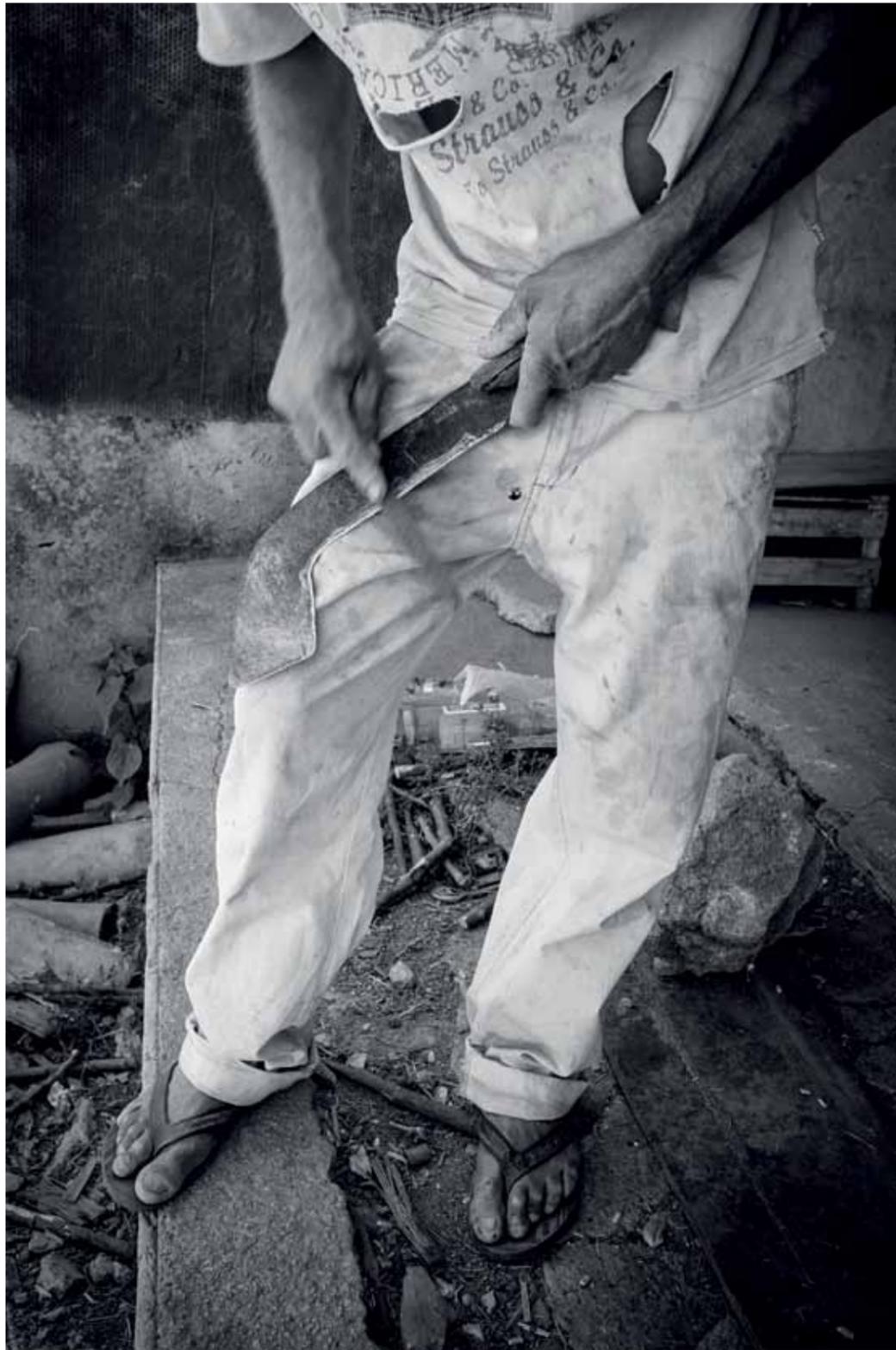
Brasília, junho de 2014

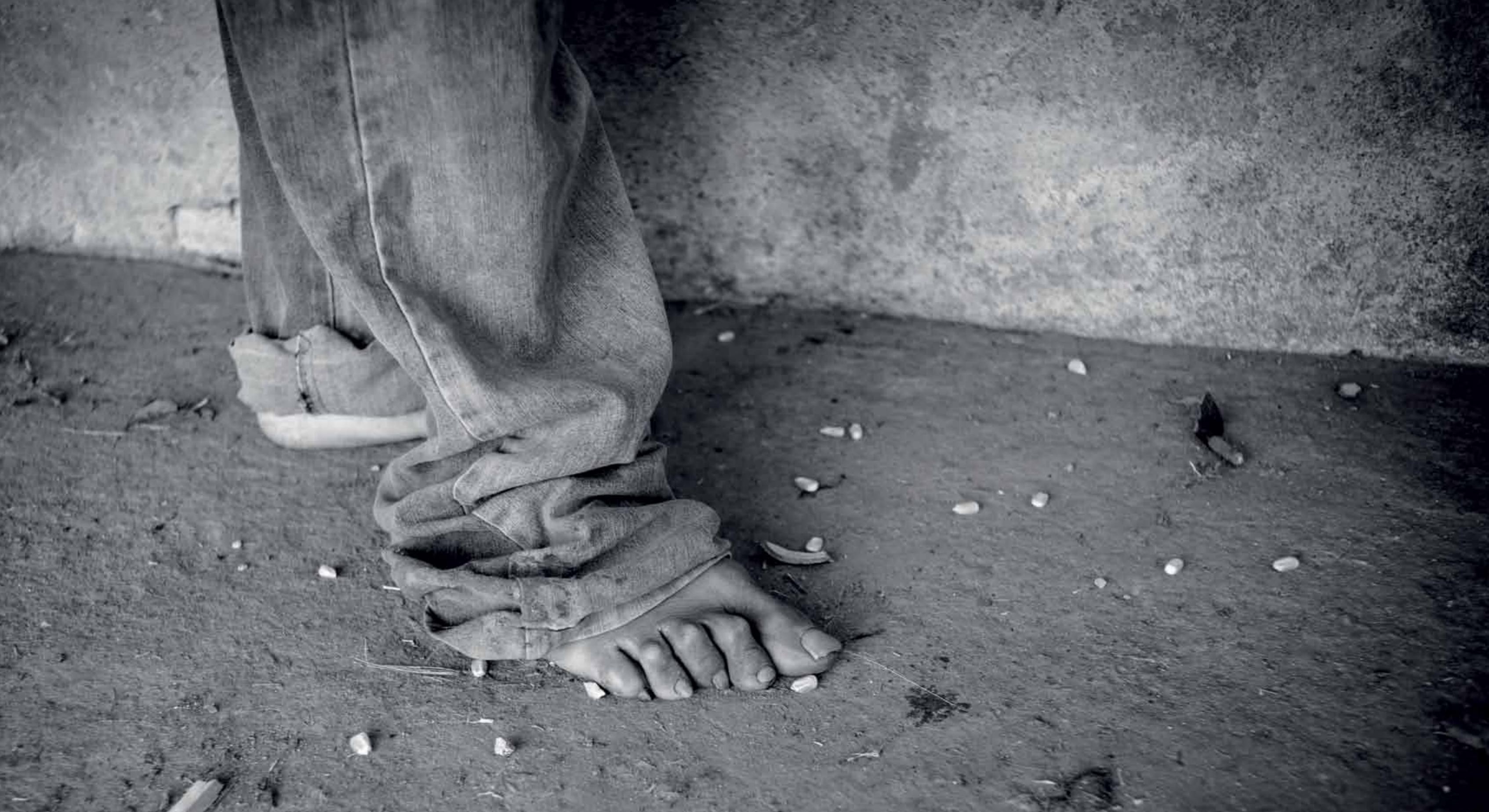
Clara Arreguy é mineira de Belo Horizonte, radicada em Brasília desde 2004. Jornalista e escritora, é autora dos livros *Segunda divisão* (Lamparina, 2005), *Fafich* (Conceito, 2005 e 2014), *Tempo seco* (Geração, 2009), *Catraca inoperante* (Outubro, 2011 e 2014), *Rádio Beatles* (2012), *Siga as setas amarelas* (Outubro, 2014), *Sonhos olímpicos* (Franco, 2015) e *Dia de sol em tempo de chuva* (Chiado, 2015). Trabalhou nos jornais *Estado de Minas* e *Correio Brasileiro* e escreveu crônicas para a revista *Veja Brasília*. www.clara-arreguy.com

A black and white photograph of a man in profile, facing right. He is wearing a dark baseball cap and a light-colored t-shirt with a graphic design. He is carrying a large, long wooden tool, possibly a hoe or a similar agricultural implement, across his right shoulder. The background consists of a dense network of tree branches and leaves, suggesting a rural or agricultural setting. The lighting is bright, creating strong shadows and highlights.

LAVRADORES

Tibério França









VAQUEIRO, UM HERÓI MARCADO COMO GADO

Xico Sá

Eu venho dêrne menino,
Dêrne munto pequenino,
Cumprindo o belo destino
“Que me deu Nosso Senhor.
Eu nasci pra sê vaquêro,
Sou o mais feliz brasileiro,
Eu não invejo dinheiro,
Nem diploma de dotô.”

Patativa do Assaré

O ferro em brasa que firma as letras iniciais do proprietário do gado marca igualmente o vaqueiro. Quando o ferro chia no couro da rês, a pele de quem-com-o-ferro-fere é tatuada pela mesma repetida sina. Ali, no curral que cerca a rotina, o que é bicho e o que é humano se confundem na mesma trajetória. Ambos marcados, o boi ainda estrebucha suas dores: o homem, na maioria das vezes, segue no silêncio que lhe resta para alimentar o sustento e o próprio amor ao ofício que herdou do lugar e da família.

Uma legião destes homens dos sertões atravessa uma vida sob o regime duro das fazendas, sem garantias ou benefícios trabalhistas, longe das lentes da lei e protegida apenas por Deus e pelo gibão de couro. Nem sempre a fé cega e a indumentária destes guerreiros do sol conseguem evitar um espinho no olho ou uma queda capaz de afastá-los do ofício. No que sobra, quando muito, uma sobrevivência de favor e a memória dos garranchos da caatinga no aperreio permanente do juízo.

Quantos vaqueiros cegos vagueiam sertões adentro. A sorte é quando é apenas de uma vista, celebram muitos. Um minuto, segundo, um décimo e já era a fatigada retina diante da espinheira do caminho. Sina de assum preto sem a lenda da melhoria do canto.

Somente em 2013, a profissão de vaqueiro foi regulamentada no país, sob o governo Dilma Roussef, depois de séculos de clandestinidade de um afazer tão antigo quanto a chegada do gado no Brasil, ainda na primeira metade do século 16. Até então, apenas figurava nos nossos livros didáticos como tipo característico nordestino, brasileiro. Sob o sol que deixa sua pele vincada como uma madeira de xilogravura ou um chão rachado de açude, prossegue com a sua vida mais de gado do que de gente.

Guimarães e Graciliano

Na arte de viver sem garantias, o vaqueiro é mestre. Sobrevive, em matéria de direitos e salvaguardas, como o velho matuto na música de Gonzagão; sem rádio e sem notícia das terras civilizadas. Somente nas artes, no cancionero e na literatura, o homem do gibão de couro tem a sua proteção poética. Tem o vaqueiro de Patativa do Assaré – repare na cumeeira dessa crônica –, tem o Fabiano das *Vidas secas* de Graciliano Ramos, e Guimarães Rosa, cuja obra está prenhe de aventuras desta mesma natureza encouraçada, tem o “Vaqueiro Fabiano” (do livro *Estas estórias*), com ofício e batismo juntos, além de Manuelzão e sua lenda aboiada em invenções de vida e linguagem, ave palavra, amém.

Criado e crescido no meio de familiares vaqueiros do Ceará e de Pernambuco, lembro até do barulhinho cruel, chiiii, do couro e da carne do boi sob a brasa do ferro dos fazendeiros. Nós, os meninos, ali de butuca, testemunhando o trabalho e a sina. No que saltava Chiquim Inglês ou Luíz Nunes, no Sítio das Cobras (município de Santana do Cariri, Ceará), entre um gole e outro na aguardente, com um aboio triste que marcava a cerimônia.

Aquela zuada nunca sai dos ouvidos. Por mais que um homem mude de vida e de lugar, o aboio dos vaqueiros não larga sua memória afetiva. Aqueles chocalhos também são guardados para sempre, lengo-lengo-tengo, no juízo até o final dos dias.

Couro, seca e miséria

Mesmo com toda a falta de proteção e garantia mínima no ofício, há um quê de mítico, místico, talvez sagrado, na arte de cuidar do rebanho ao longo desses anos todos nos sertões e seus ciclos de couro, seca e miséria.

“É mando de Deus se misturar aos bichinhos, de gado aqui na terra ninguém passa... Por mim mesmo, nem curral nem a fala do homem nos desigual, de dois

pés ou quatro patas, que diabo importa?”, resgato aqui nos quase incompreensíveis garranchos de um velho caderno de repórter os dizeres de Pedro Joaquim dos Santos, o Pedró Quincó, 64 anos quando estive com ele, em 2003, na calçada alta da sua casa em Barcelona, município do Rio Grande do Norte. “Não é que seja sacrifício, moço, pensar assim é tão pouco: é obediência às coisas lá de cima... Se fosse depender de recompensa e ouro, ‘mió’desencantar desse mundo”, disse o galego sertanejo.

Vale a pena lembrar mais um pouco desse personagem de carne e osso e lágrimas – Quincó chorava muito ao contar sua lida –, que marcou as minhas andanças de colhedor de histórias. Um pouco do meu caderno de rabiscos: “É fraco do juízo”, diz a mulher, Tereza Patrocínio dos Santos, 55 anos. “Ele acorda, noite alta, com lembrança de ‘pegança’ de boi e de todas as necessidades da vida, atordoado da cabeça, feito uma assombração dentro de casa, tenho é medo”, conta. Os vizinhos fazem um círculo com o dedo indicador, na altura das têmporas, para dizer que o homem não gira bem da cabeça.

Pedro chora quase o tempo inteiro. Calado ou narrando sua trajetória. “O povo diz que sou fraco do juízo. E sou mesmo. Saía de casa, atrás de boi dos outros, sem deixar

nada pros meninos (doze nascidos, cinco sobreviventes), e a cabeça não sossegava. Pegar boi me deixava nervoso, um nervoso que eu gosto até hoje, mas eu chorava nos descampados, meião do mato, por causa dos meninos... Sabe um passarinho que deixa as crias no ninho em pé de juazeiro?”

Pedro limpa os olhos na manga de camisa. Macho nordestino sem vergonha do choro, do soluço que funciona como ponto e vírgula de uma crônica das dores do mundo. Trabalhou a vida inteira para fazendeiro que tirou-lhe o couro e o despediu como gado que dá carne de terceira. Os vizinhos, de tanto vê-lo chorar, nem mais olham. “É fraco do juízo”. Ele só fica um tanto sossegado quando está no meio do deserto, a caatinga já é rala, e grita coisas para os céus, em língua de pentecostes, “misturo fala de bicho, mocó, preá, cachorro e gente”. Falar com esses bichos é como se fosse uma terapia ou algo do gênero da psicanálise.

Missa do vaqueiro
Numa tarde bem tristonha
Gado muge sem parar
Lamentando seu vaqueiro
Que não vem mais aboiar
Não vem mais aboiar
Tão dolente a cantar
Tengo, lengo, tengo, lengo,
tengo, lengo, tengo
Ei, gado, oi...

Até hoje o aboio de Luiz Gonzaga ecoa entre Exu e Serrita, no sertão pernambucano, em um lamento pela morte de Raimundo Jacó, primo de Gonzagão covardemente assassinado em 8 de julho de 1954. Jacó estava em uma “pega de boi”, caatinga adentro em busca de umas reses desgarradas do rebanho. Foi morto, traiçoeiramente, por um colega invejoso da sua arte. É o que conta a história sertaneja.

Em louvor a Jacó, todo santo ano, em Serrita, é celebrada a Missa do Vaqueiro, um ritual sagrado desde 1971, sempre no terceiro domingo de julho. O altar é de pedra. Nada mais representativo dessa profissão historicamente tomada apenas como sina ou destino repassado de gerações para gerações. Não se sabe mesmo onde termina a vida de gado e começa a vida de gente. Quando marca um, o patrão, simbolicamente, ferra os dois.

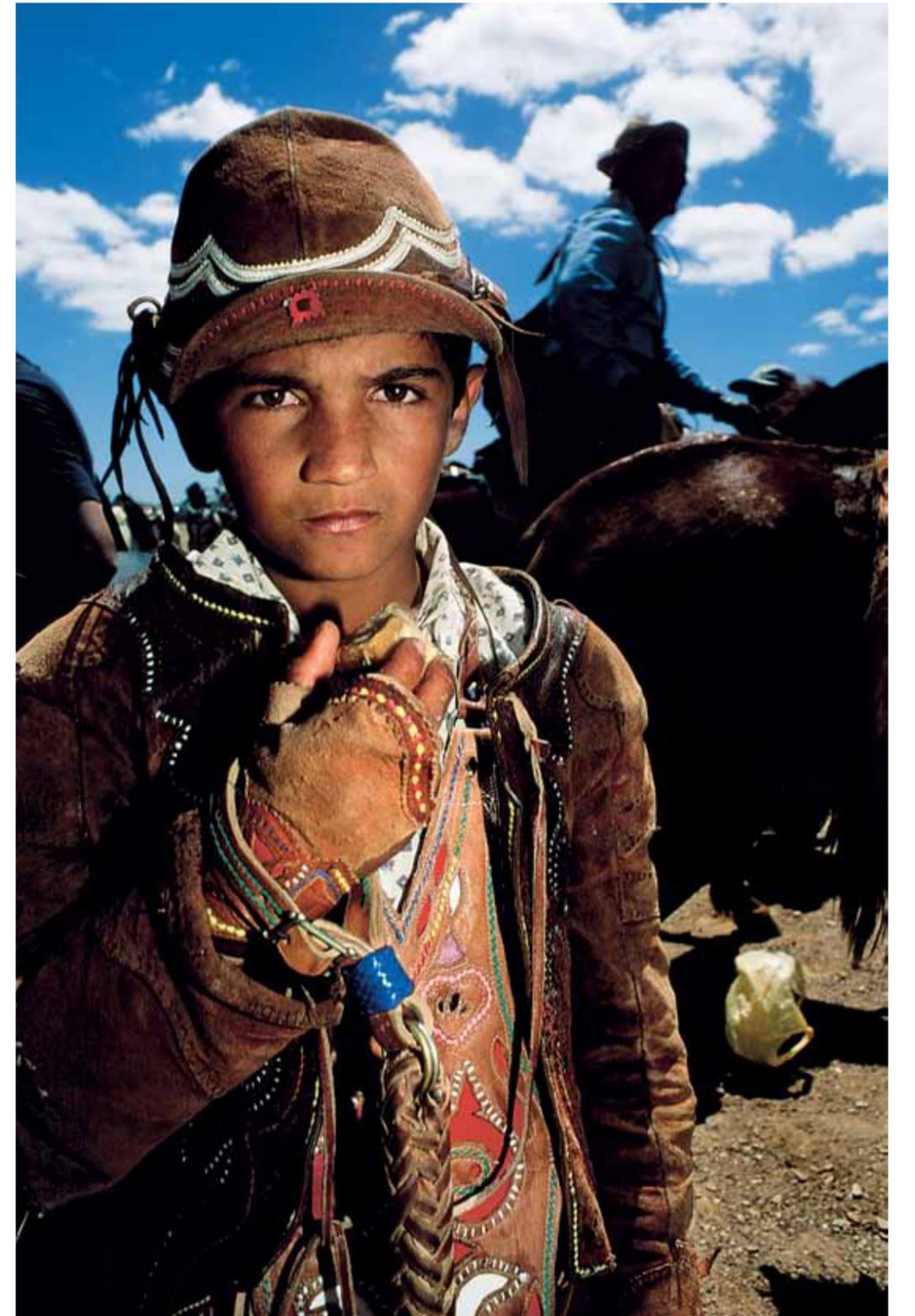
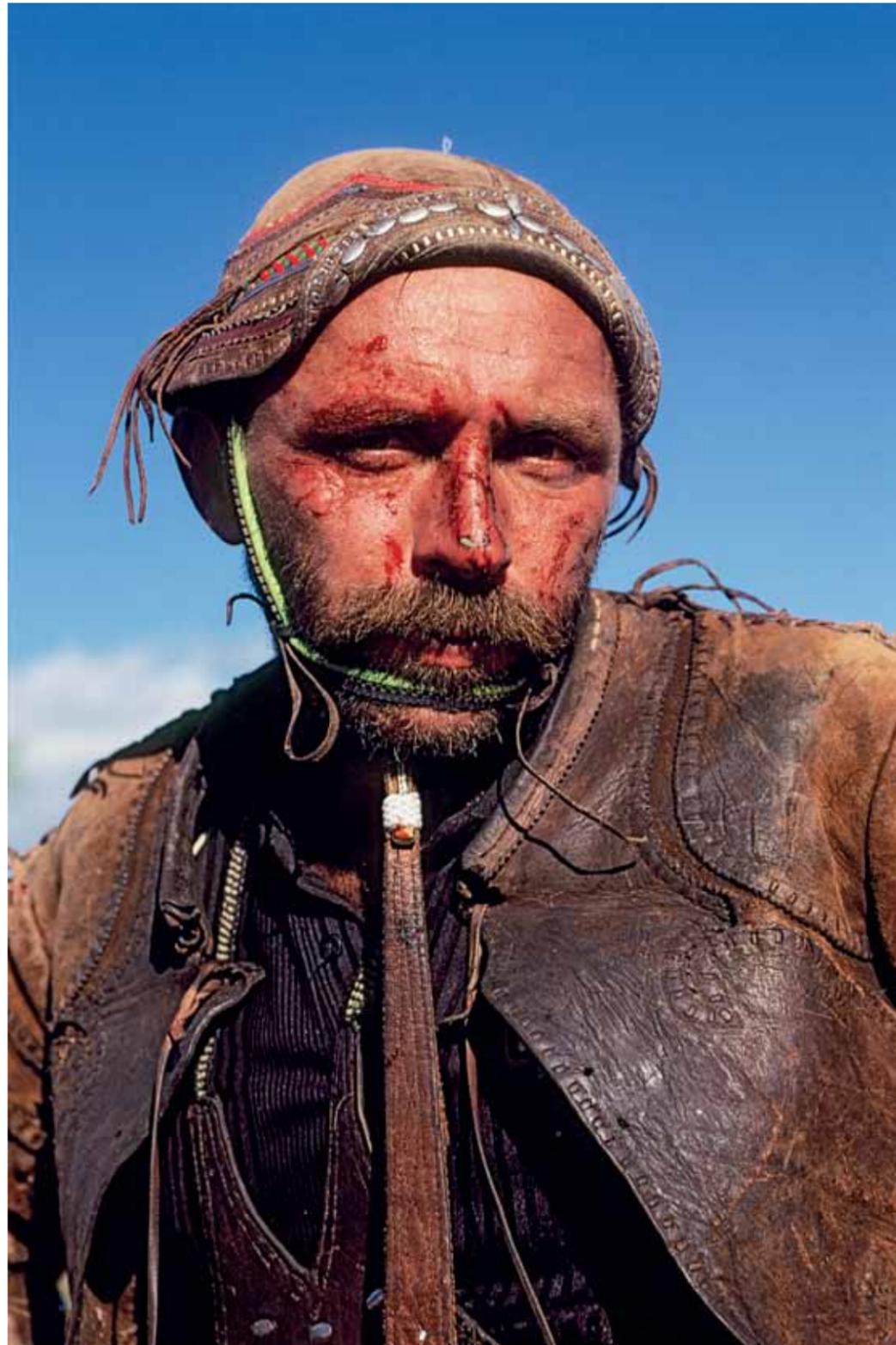
Xico Sá, jornalista e escritor, é autor de *Big jato* (Companhia das Letras), entre outros livros.

VAQUEIROS

Geyson

Magno









OS
MÓVEIS
DO
MUNDO

José
Luiz
Passos

I

Da fazenda de criação trouxe duas memórias, a terra minando água de dentro numa pedra e um touro malhado, de máscara preta, as narinas furadas com um aro de latão, ele correndo atrás de mim, eu menina, eram várias disparadas até que alcançasse o pulo da cerca ou fechasse a taramela. Quando esse touro morreu, as vacas urraram, pavorosamente, o dia inteiro, lembro disso, a impressão que me deu foi de um choro sincero. Da mistura de minerais com gado e gente, vem minha cozinha, e essa será sempre a melhor escola.

II

Um gosto que me chega desse tempo é o do leite ferrado. Com o dia nascendo meu pai levava os filhos até a beira do cercado, o leite saía morno, puxado da vaca. Na lenha ele deixava seixos. As pedras, avermelhadas, iam pra dentro de copos de estanho e queimavam o leite cru, que misturávamos com mel e matruz pilado. Associo o leite ferrado à extrema disciplina de meu pai, a disciplina é o principal motor de qualquer cozinha. Mas não lembro de brincar de panela, ou lembro bem pouco, ajudar em casa sim, isso sempre, é normal entre as filhas. Querer ajudar é o que conta, e quis desde cedo. De duas avós, uma gorda, outra magra, vieram receitas de lugares vizinhos, de outras fazendas, da Espanha e da Itália. Essa são as origens de fora, datam das bisavós. Já o meu pai tomou a origem por uma medida mais curta, não se sabe de onde veio. Batizou os filhos com nomes do Antigo Testamento. Adonai, Baruque, Joatã, Ruth e Sulamita, além do meu. O sobrenome foi inventado por ele. Fugia de quê? Vejo uma foto de meu pai e penso, sírio-libanês, negro, maçom? O fato é que ainda não tenho certeza. No final da vida, depois de ser desenganado pelos médicos, saiu de um coma de três meses, fez exercícios e levantou um pequeno prédio de apartamentos, onde viveu e de onde tirou sua última renda. As novas gerações se encarregaram de dilapidar isso. Concluo que, mesmo uma receita estando próxima à perfeição, poderá sempre ser estragada por terceiros.

III

De minha mãe aprendi a dedicação aos outros, o trato das carnes e alguma coisa com massas batidas na pedra de casa. Ela agora esquecida do presente fala com os olhos voltados ao marido morto. A simplicidade de ervas, molhos e xaropes é em minha mãe um traço natural e difícil de imitar. Quem cozinha se dá. Não falo mais dela por respeito, pois, no estado confuso em que está, ainda acha forças pra me corrigir com um riso que parece alheado e de repente se mostra adivinha de qualquer coisa por aqui, em São Paulo, em casas e ruas por onde ela própria nunca passou. Como pode ser, se vai tão longe? Minha mãe, agora idosa, quando for a minha vez, acho eu, nunca chegaremos a ser totalmente iguais. Saí muito nova de casa.

IV

Diz um ditado, quem cedo sai muda por demais, e isso é certo. Cheguei jovem ao Recife, trabalhei pra um fornecedor de carne, amante da mesa, das artes. Nas propriedades da família estiveram um presidente e vários maestros de orquestra. Não alcancei nenhum deles, mas recebi pessoas de igual tarimba, empresários que iam ao campo ou vinham à casa da cidade enquanto ele, o fornecedor, depois meu marido, se perdia aturando gente de chapéu apenas pra não ser visitado por nenhum deles, em seu leito de morte, num hospital público. Quando São Paulo passou as fazendas do Nordeste, minha cozinha precisou de outra ciência. Primeiro foi a ruína de meu pai, criador. Depois, a de meu marido, sem a renda dos abates nem das plantações. Mas a queda faz bom caldeirão. Tudo que o dinheiro comprou foi gasto, as receitas que melhoramos, não. O que agrada a um, agrada a mil. Que prato cabe a qual ocasião? Em que ordem uma novidade merece a boca dos outros? Esse aprendizado vem de longe, toma tempo, não tem fim.

V

Agora, aqui, o dono da casa me comprou uma pedra nova, que eu disse que precisava pra bater as massas e picar melhor as ervas. Ele me chama de a senhora. É um granito escuro, não pedrês nem alvo, como os que vêm de fora. Com exceção dessa pedra, tudo em São Paulo é mais claro. Em São Paulo tem pelo menos uma pessoa de cada cidade do Brasil. Em nenhuma outra cidade do Brasil caberiam essas pessoas. A senhora vai passear neste fim de semana, êh!, o dono da casa me diz, com o respeito da perturbação. Queria ir ver minha mãe, respondo. A senhora ainda tem mãe viva, hm. Que bem, ele diz e bate palmas. Que me importa. Nos sábados e domingos não cozinho. Aqui no casarão eles saem pra rezar, ou recebem gente próxima. Dizem que o fim de semana serve pra isso. O dono uma vez quis saber se eu não sentia falta das grandezas do Norte. Que norte, se não venho da Amazônia? O Brasil não cabe no Brasil, diz o filho da casa, chamado Ramil. Respondo, uma cozinha são muitas cozinhas, como numa derrota em que várias outras vêm à tona. Nessas situações eles riem, falam que sou espirituosa, nortista é assim. Mas quem provou daquilo, lá debaixo, por assim dizer, vai concordar comigo.

VI

Hoje, longe da terra, me sinto em casa mesmo com esse cheiro de gás no ar. São Paulo é sertão e aeroporto, me disse um taxista. Não discordo, também não venho do sertão. De viver da cozinha vieram ideias pra outros problemas. A origem é importante, não é tudo. Uma boa receita é sempre mais longa do que uma vida inteira de comida-rápida. E novas misturas também são um modo de se matar o tempo, melhorando o que ainda pode ser melhorado. A senhora filosofa, Ramil diz, como o pai, com os olhos pra o alto, rindo. Ramil é jovem. Mas em São Paulo, no Ipiranga, aqui, no casarão dessa rua cheia de árvores, vejo que começam a tomar como deles a ruína dos outros, por exemplo, a minha. Fecham as portas e agora falam em vender a casa. Será minha última mudança? Tem gente que se acostuma a tudo. A senhora vai pra onde se venderem a casa? Quem pergunta é Maura, copeira. Ela é jovem, ri pros lados quando Ramil faz uma graça, passando a mão nos seus ombros. Menina, digo eu a ela, bezerro novo também cabeceia, cuidado. Com as sobranceiras grossas, escuras, as tatuagens e o brinco no nariz, esse rapaz tem as marcas do touro de minha infância.

VII

A senhora pensa em fazer o quê, hm? Pode deixar uma berinjela recheada pra esse fim de semana? Ouço o pedido já perto das sete. Hoje à noite eles vão sair. É sexta-feira. Se soubessem das histórias que gosto de repassar de cabeça, na janela, mudariam as receitas da casa, não mudariam? Passear não gosto, isso ficou pra trás. Mas mato o tempo comparando as coisas como eram antes. Quando ninguém vem de fora, visitar, os pedidos são mais simples. Berinjela, claro que faço, eu disse. O dono da casa é advogado, mas não advoga mais. Depois do meu caso, foi fazer a vida na fábrica de ventiladores da família. Aliás, acho São Paulo mais fria do que quente. Mesmo assim todo mundo compra um ventilador, não compra? De acordo. E um prato de berinjela é fácil, não me custa o tempo dum banho. A berinjela com carne moída também faz parte dos jantares demorados, com estrangeiros. Pois a cozinha não é a única língua universal? A pergunta não é minha, é de alguém da universidade, freguês da casa, um professor de Ramil. A senhora não acha? Ela me foi feita quando entrei na sala de jantar, equilibrando na bandeja a sopeira grande, em forma de taça.

VIII

São Paulo tem cursos sobre tudo, até pra se abrir uma lata. O professor de Ramil me fez uma provocação. Entrar e sair da cozinha dos outros, pra quem perdeu a sua, passou por restaurantes e bufês, é serviço que cobra desembaraço. Acho a questão interessante, essa, a da língua universal. A ela respondo que é preciso não ter vergonha de onde viemos, e cozinhar com graça, da melhor maneira possível. Olha, a senhora sabe das coisas, é Ramil, que disse que filósofo. Os jovens hoje em dia comem correndo. Quando ele para, e come bem, quer dizer que a comida é boa. Mas essa filósofa também teve seus dias de vacas magras.

IX

A carne pra rechear as berinjelas precisa ser tratada, moída, temperada e assada. Uso alecrim e um pouco de cominho. Às vezes, uso tomilho, pimenta rosa e hortelã picada pra fazer uma das berinjelas, em cada travessa, diferente das outras. O dono da casa diz que essa é a premiada. Ele também se chama Ramil, como o jovem Ramil, filho dele. Quando jogo a carne moída na panela de azeite com alho, o cheiro de vez em quando puxa pra dentro da cozinha um dos dois, o pai ou o filho. E esse Ramil repete a mesma pergunta, onde a senhora aprendeu a fazer isso? O cheiro da fritura se entranha nas roupas e no meu lenço. De noite, quando me troco, tomo banho e passo pelo cesto na área de serviço, sinto o bafo oleoso que vem dos panos embolados no chão. Minha memória puxa pelo cheiro de outras épocas. Se a casa for vendida, vou voltar a ser uma pessoa móvel, não vou? Uma pessoa móvel a essa altura da vida, eu penso nisso. Respondo a Ramil que aprendi de tudo um pouco, aos bocadinhos, e que meu tempo nas lanchonetes da Beef's me deu uma lição naquilo que há de bom e de mau no trato das carnes.

X

Estavam todos sentados, as mãos no colo ou na toalha de linho, com a cara de frente pra louça de festa, e vinha eu segurando a sopeira grande na bandeja, com as berinjelas no forno, quando o freguês, professor de Ramil, me fez a tal pergunta sobre a cozinha ser uma língua universal. Parei no meio da sala. Eles fizeram silêncio. Maura colocou a cabeça pra fora da porta da copa. Ramil, o pai, disse que eu deixasse a sopeira em cima da mesa e fosse me sentar. A senhora veja, o professor quer saber da nossa causa, hm? E doutor Ramil espalhou os braços, mostrando ali na sala, no espaço da casa, a beleza dessa vitória sua no fórum. Depois, o próprio professor falou, a senhora me conta como foi? Ramil jovem puxou uma cadeira pra mais longe da mesa, onde fui me sentar, e então ficaram todos me olhando curiosos, esperando pela história.

XI

Quando a senhora acabar, pode ir, não precisa ficar. Foi o que doutor Ramil me falou. Ele também disse ao professor que a Beef's tinha entrado no Brasil havia uns quinze anos, logo após comprar uma cadeia de lanchonetes no Rio Grande do Sul. Dali, a Beef's foi se espalhando pra cima do Brasil. Tem o Beef's Supreme, com ovo, e o Xis Beef's, com queijo. Já teve um Beef's Picanha, que não era feito com bolo de carne mas com tiras do corte na chapa, e era mais caro. O Beef's Dublê tem dois andares e o Natura vem sem pão, com a carne embrulhada em folhas de alface. Entrei na época dos Espetinhos Beef's, quatro ou cinco almôndegas num palito comprido, servidas com molho vinagrete, agri-doce e coquetel. A carne na Beef's é pré-cozida e, depois, frita em caçambas de óleo. A mistura fofa é moldada em forma de bolota ou hambúrguer. Doutor Ramil disse que encontraram ali dentro, ainda na minha época, farelo de soja, frango e farinha de osso misturados a gordura de várias qualidades, até formar uma massa esponjosa. Associe essa massa à inhaca do óleo de repetidas frituras e aos bonés berrantes, de cor alaranjada, com a estampa de um imenso B decorado na testa. De longe, as Beef's gritam nessa cor uma nuvem sabor salmoura, ketchup e banha.

XII

Diz o professor, à mesa, diante de Ramil e Ramil, entre colheradas de sopa, nós não sabemos o que é o cheiro, o que sabemos é que ele não forma o eu. O olfato aprecia a intensidade, a qualidade e duração dos cheiros, sendo para isto ajudado pela memória. O olfato é auxiliar do gosto na percepção dos sabores, e suspendida que seja a sua ação, o gosto não se exerce, senão imperfeitamente. Já o gosto é a faculdade pela qual percebemos os sabores, e a senhora disse isso muito bem. Mas a respeito dos sabores, o que sabemos é que também não são o eu, não estão na pessoa. O sentido que nos faz conhecer o sabor abrange os seus diversos graus e modificações infinitas, e ele varia segundo a disposição particular dos órgãos do indivíduo nos seus instantes de duração. O indivíduo e os seus sentidos, como falei, são, em si mesmos, intrinsecamente móveis. E a cozinha é a arte no encantamento do olfato e do gosto, que, aliás, hoje em dia nem se chama mais gosto e, sim, paladar.

XIII

Eram três as meninas que entraram comigo numa das primeiras lanchonetes da Beef's. Ficávamos enfileiradas num banco comprido, encostadas na parede do corredor entre a cozinha e a saída dos fundos, que dava numa pequena rampa de carga. Ao lado do relógio de ponto tinha uma prancheta marrom, separada com a lista dos funcionários de jornada móvel. Éramos maioria. Ainda hoje a Beef's faz propaganda mostrando atendentes de riso aberto com o boné do B grande na cabeça. “Beef's, o gosto é aqui”, dizem os comerciais e cartazes espalhados pela cidade. Mas os sanduíches custam caro, são um programa de passeio. Quando entrei, no começo da cadeia, os clientes apareciam e desapareciam, conforme a hora e o dia da semana. Pra esse movimento doido, o gerente me disse, só mesmo com funcionário que também vá e venha, e trabalhe quando tem trabalho, assim é melhor pra todo mundo, entende? Éramos os móveis do mundo Beef's. Cheguei a contar uma fila de onze nos bancos e cadeiras dos fundos, aguardando o movimento na casa. O gerente chamava um por um, na ordem de chegada pro turno flexível, assim que aparecesse o que fazer. E na espera da longa manhã, às vezes pegávamos uma jornada de hora e meia no dia, com os vistos de entrada e saída marcados pelo gerente na prancheta marrom. Não esqueço do meu primeiro gerente, Jéferson, inocente do cabelo pastoso, um homem de fé batista.

XIV

As piores Beef's não permitiam sequer que os funcionários trouxessem almoço de casa. As refeições eram tiradas lá, em forma de vale. Com jornadas curtas, os móveis como eu acumulavam poucas horas e chegavam à sexta-feira muitas vezes devendo os adiantamentos da comida. Nos fins de semana, a fila dos madrugadores aumentava, buscando descontar em jornadas longas, prováveis naqueles dias, a dívida da alimentação acumulada no banco de espera, no corredor, embaixo da prancheta. O professor me disse, o olfato não é parte intrínseca do eu, o gosto também não, já a memória, sim, pois não há eu sem a faculdade de saber ter durado no tempo. Ramil jovem disse, ouvir essa merda toda me dá é vontade de ter nascido vegetariano. Doutor Ramil quer que o rapaz estude pra ser advogado. E ele me falou, olhe, a senhora sabe, é como se fosse da família. Cadê a berinjela? Essa nossa ação contra a Beef's quem não se lembra? Acabamos eu e a senhora com essa tal jornada móvel. Associe a jornada móvel ao cheiro das caçambas de óleo chiando com carne de terceira, no fio de dias inteiros, depois lançada fora, em grelhas e nas escumadeiras, pra uma refeição adiantada aos móveis daquele mundo, pessoas iguais a nós, eu entre elas, alternando o assento no banco, de olho na porta envidraçada, na torcida por um feriado, por um jogo em campo próximo ao bairro, quando a clientela, engrossada pelo passeio na rua, viesse fazer festa com as suas pequenas esponjas de carne.

José Luiz Passos nasceu em Catende, Pernambuco, em 1971. Ele é autor de vários ensaios e contos publicados na Argentina, no Brasil e nos Estados Unidos, em antologias e revistas como *Cuentos en tránsito*, *Granta Brasil* e *Luso-Brazilian Review*. Pela Alfaguara publicou, entre outros, o ensaio de crítica *Romance com pessoas* (2014) – que interpreta a influência de Shakespeare na imaginação moral dos romances de Machado de Assis – e *O sonâmbulo amador*, romance vencedor do Grande Prêmio Portugal Telecom de Literatura de 2013 e do Prêmio Brasília de Literatura. Foi professor de Letras em Berkeley, por dez anos, e, mais recentemente, professor visitante na Universidade de São Paulo. Atualmente, ensina literatura brasileira e escrita criativa na Universidade da Califórnia em Los Angeles (UCLA), onde vive com a esposa e os dois filhos.

O
ESCRAVO
MODERNO

Marcelo
Rubens
Paiva

A mãe de um amigo em Alagoas morava numa casa enorme e paradisíaca, numa praia afastada, na Linha Verde. Obesa, mal caminhava. Precisava de uma tropa para deixar tudo em ordem. Seus filhos já crescidos e casados viviam em outras cidades. Mas ela fazia questão de manter a casa pronta para a grande família, como se todos ainda morassem com ela. Talvez na esperança de que voltassem um dia. Ou por inércia...

Vira e mexe tinha uma criança diferente morando lá. Às vezes, cinco crianças. Com as domésticas, formavam uma fauna de trabalhadores pequeninhos. Ela dava teto, comida, saúde, saneamento, banho e até educação àqueles sem lar, sem família, sem nada. Os chamava a todo instante. Fulano, pega uma água. Fulano, o gelo. Fulano, derrubei, limpa aqui. Fulano, limpa o cocô do cachorro. Desentope meu sanitário. Fulano, compra jornal, compra sorvete, compra sabão, vai na farmácia, vai na venda, vai na padaria, vai no banco, volta pra farmácia, varre o quintal, colhe as flores, pega um cinzeiro. Me abana.

Como muitos senhores de escravos, há mais de cem anos atrás, pensava que fazia um bem a eles: dava um teto, um lar, comida, uma chance. Que formavam todos uma família. Seria melhor ao fulano estar ali, levando água, gelo, limpando o chão, o cocô do cachorro, desentupindo a privada, indo

e voltando da farmácia, padoca, venda e banco, comendo do bom e do melhor, com roupa limpa e até um caderno e lápis, do que vadiando pelas ruas de uma região violenta sem água potável e com esgoto a céu aberto, na periferia de Maceió. Ali ele tinha perspectiva. Ali ele era bem tratado. Ali ele era alguém. Só que fulano não ganhava salário. Aí também é demais...

Foram tantos séculos de escravidão. Índios e negros. Não só o europeu como algoz. Índios que escravizavam índios de outras nações indígenas. Negros que vendiam negros para traficantes em Angola. Brancos em bandos que não conheceram outro sistema senão o de subjugar a liberdade de outro com correntes, castigos, chicotes ensanguentados. E, mesmo quando era proibido importar negros, traficantes os traziam às escondidas, descarregavam em portos clandestinos, num comércio que gerava muita, mas muita grana.

Foram tantos os séculos em que tinha mais escravos do que libertos no Brasil.

Nas ladeiras de Minas, nas usinas de Recife, nas fazendas do Vale do Paraíba, arrancando cana, ouro, café, amamentando a filha da patroa, carregando a patroa, carregando o patrão, charqueando, na plantação, na casa-grande, servindo, levando liteiras nas ruas de Salvador, Rio de Janeiro, São Paulo, Recife, Ouro Preto, sendo surrado

em pelourinhos se desobedecesse. Tanto sangue rolou, tanta saudade de casa, tanta dor... Para empurrar uma economia que era toda movimentada pela escravidão. Para movimentar uma vida social que não conhecia outra forma de se relacionar.

Foram tantos séculos que não nos acostumamos sem eles.

O limite do absurdo eram os brancos que alugavam seus negros para outros brancos, ou os negros autônomos que se alugavam para brancos, ou negros de brancos que alugavam e meavam os lucros com seus negros a outros brancos, para fingirem-se de seus escravos, nas ruas da capital, em eventos sociais, festas, lugares públicos, o que daria status ao membro da elite que determinava que subia no conceito quem tinha mais escravos aos pés.

Tudo isso se encerrou em 1888? Não, não acabou. Nem em 1988. Ainda é uma estagnação visível na engrenagem da cadeia social, uma alavanca do mercado, o combustível da economia. É costume. É cultural. A alforria não se completou até hoje. A escravidão está nítida. Ela não se extingue. Ela não desaparece. Nós é que, de tão habituados, não conseguimos enxergar.

Ela está nas relações trabalhistas não formalizadas, em prédios com dois elevadores, o social e o de serviço, nos cubículos de empregadas. Até pela lei, as domésticas não têm os mesmos direitos de não domésticos.

Está no aeroporto, no shopping, no supermercado, na pracinha: enquanto a patroa fala no celular, a sua doméstica vigia, acode e acalma o filhinho.

O avô de um conhecido tinha uma fazenda perto de Porto Feliz, Sorocaba. Plantava cana e café, cujas colheitas se revezavam, uma na primavera, outra no outono. Pelos pastos, criava gado. Era uma fazenda de mil alqueires, enorme. Dava dinheiro. Tinha agrônomos, especialistas, administradores. Era um negócio.

Tinha uma sede enorme, em que ficavam os filhos do avô do meu amigo, as noras, com os vinte netos e mais convidados. Muita gente da própria região trabalhava lá, especialmente como domésticos: a cozinheira negra que mandava mais do que a avó, o mordomo gay, que servia de jardineiro e motorista, as arrumadeiras. As empregadas domésticas da família, que morava entre São Paulo e Sorocaba, como a babá do meu amigo, eram de Porto Feliz. Eles as “importavam”.

No entanto, o avô precisava de mais trabalhadores braçais que aguentassem o tranco. Porto Feliz era uma cidade pequena, não tinha mão de obra suficiente. Nos anos 1950, ele importava trabalhadores de Alagoas, que vinham num pau-de-arara. Eram os “alagoanos”, e sua chegada era um acontecimento. Era como índios chegando na Corte Portuguesa. Ou negros desembarcando nos portos de Angra, Ubatuba, Rio, Salvador.

Os solteiros ficavam numa grande pousada de madeira, chamada de Clube dos Solteiros. Para os casados, tinha muitas casinhas enfileiradas, com varanda, sala, dois quartos, cozinha e banheiro, tudo muito digno.

Muitos nunca tinham visto uma privada na vida. Nos primeiros dias, a avó e as tias do meu amigo os ensinavam a usar. Alguns se confundiam e colocavam lenha na privada e acendiam. Outros bebiam água dela. A família se sentia bem em dar conforto e um rastro de civilização para aqueles sertanejos que não sabiam acender a luz num interruptor, não entendiam o que era uma tomada, não sabiam trocar uma lâmpada.

Os trabalhadores não faziam contas, não estavam acostumados a relações comerciais, manejar moeda, trocar, poupar. Para facilitar a vida de todos, o avô criou uma moeda, chamada cariri, o nome da fazenda, que imprimia numa gráfica de Sorocaba. Uma moeda paralela. Que só era aceita na venda da fazenda, uma lojinha da avó, que ficava no Clube dos Solteiros, e num supermercado na entrada de Eldorado, que era do pai do meu amigo.

Para todos, era uma solução brilhante. Dinheiro não circulava à toa. Evitava-se que aquela pobre gente, que só conhecia o escambo, gastasse em produtos desnecessários, especialmente em pinga. No entanto, a moeda, como toda a moeda, passou a ter câmbio, a ser trocada na cidade pela verdadeira moeda, o cruzeiro.

Trabalhadores trocavam cariris por cruzeiros. Comerciantes começaram a aceitar cariris com deságio. O avô criara um país dentro de outro. Trocava-se cariri por cruzeiro na praça à luz do dia. Logo, logo, a população criou uma bolsa de negócios informal para especular com as moedas. A confusão aumentou tanto, que a família teve que extinguir a moeda. Mas como fazer para pagar os empregados sem pagar? Inventou uma caderneta nominal. Que só era possível usar na lojinha do Clube dos Solteiros da avó ou no supermercado do pai do meu amigo.

O dinheiro não saía dos cofres. Só um de mentira.

Se o funcionário quisesse dinheiro de verdade, papel-moeda, cruzeiro mesmo, para gastar como bem entendesse, não tinha. Seu salário era uma caderneta, um livreto. Reclamar com quem, com o prefeito? O avô era o prefeito. E o pai do meu amigo, o juiz do Fórum mais próximo.

O jornalista, romancista e dramaturgo **Marcelo Rubens Paiva** nasceu em São Paulo, em 1959. Marcou sua geração e projetou-se como escritor com a autobiografia *Feliz ano velho* (1979), escrita depois de ter perdido o pai, o deputado Rubens Paiva, assassinado pela ditadura em 1971, e de ter ficado paraplégico em decorrência de um acidente. Tem vários livros publicados, entre eles *Ainda estou aqui* (no prelo).

MARCOS

PORTUÁRIOS

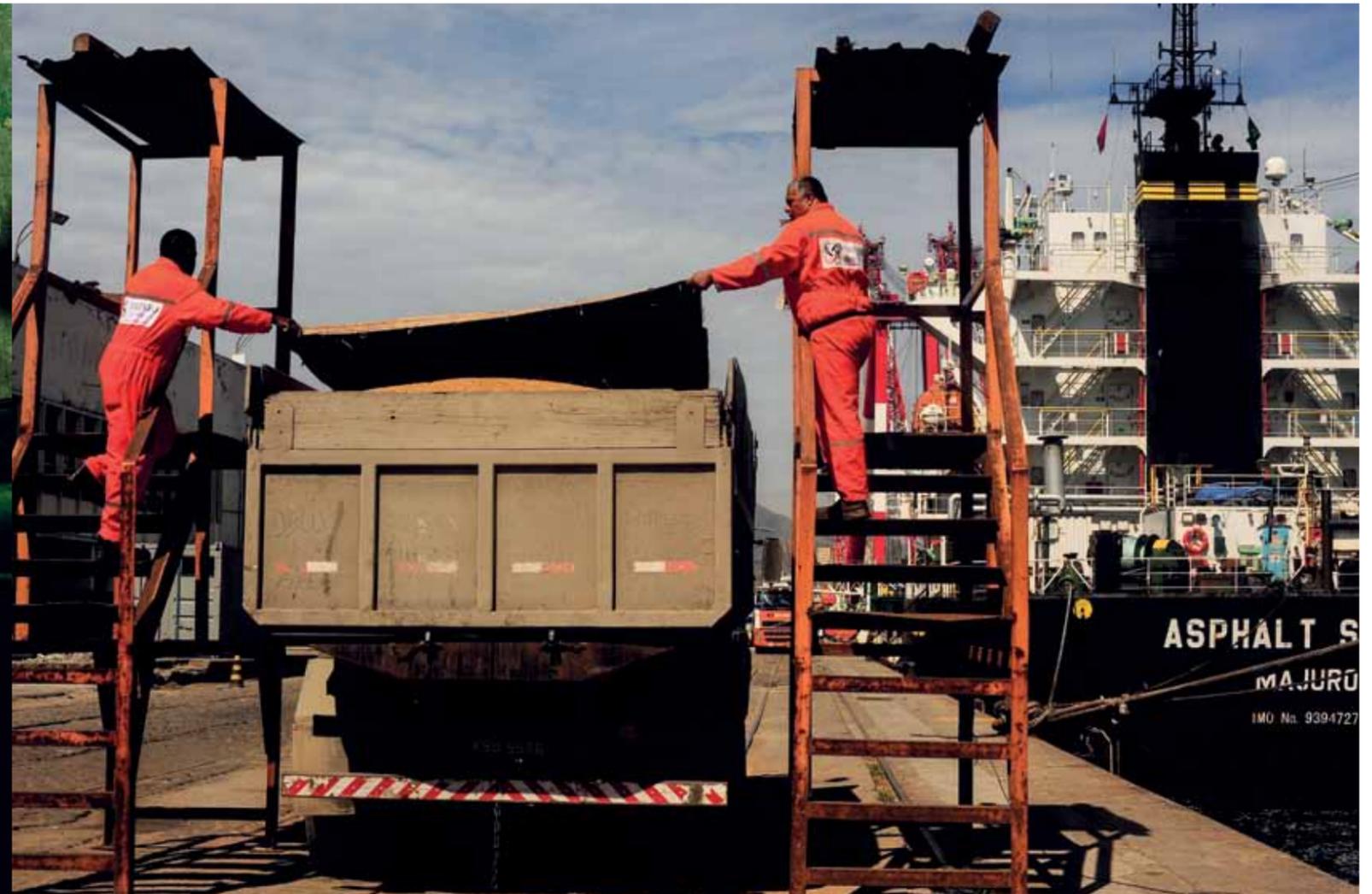
Walter
Firmo



Walter Firmo, carioca nascido em 1937, é fotógrafo desde os 20 anos. Trabalhou no *Última Hora*, *Jornal do Brasil* e na revista *Realidade*. Produziu fotos antológicas de artistas como Pixinguinha, Cartola e Clementina de Jesus. Entre 1973 e 1982, foi premiado sete vezes no Concurso Internacional de Fotografia da Nikon. De 1986 a 1991, dirigiu o Instituto Nacional de Fotografia da Funarte. Principais livros: *Walter Firmo – Antologia Fotográfica* (1989), *Paris Parada Sobre Imagens* (2001), *Rio de Janeiro: Cores e Sentimentos* (2002) e *Firmo* (2005).









TRABALHO ENOBRECE?

Lya

Luft

Algumas frases feitas ouvidas desde sempre ficam gravadas em nós como verdades. Amadurecendo, a gente vai se libertando desses mitos, ou compreende que só algumas vezes são verdade.

Uma delas é “Querer é poder”, o que cedo constatamos não ser bem assim... Outra poderia ser “A dor nos torna melhores”, estranha apologia do sofrimento. O que logo veremos que a muitos apenas torna amargos, eternas vítimas, queixosos, azedos, revoltados. Mais um desses ditos seria “O trabalho enobrece”, coisa que vou questionar aqui.

Trabalhar pode enobrecer, mas não sempre, não necessariamente: depende de inúmeras condições, então não é o trabalho em si, mas um conjunto de situações de cada indivíduo ou grupo.

Assim como a frustração de não poder tudo o que queremos, mesmo com muita luta, e de nem sempre nos tornarmos melhores com a dor, o trabalho pode nos desmoralizar, pode nos embrutecer.

Como? perguntarão os eternos indignados.

Simplesmente porque só nos dignifica aquilo que nos compensa, nos dá alegria, sentido de vida e alguma importância, ainda que seja a de colocar corretamente uma pecinha de engrenagem para que um carro, um avião, um aparelho cirúrgico ou uma engrenagem imensa funcione direito, salvando vidas, trazendo progresso, enfim, melhorando alguma coisa.

O bom trabalho é aquele para o qual vamos todas as manhãs (ou noites) com disposição, mesmo enfrentando agruras como condução péssima ou atrasada, distâncias, cansaço. Mas saberemos que aquela oficina, escritório, mina, avião, cozinha ou rua é um lugar nosso, à espera da nossa presença, nossa ação, nossa colaboração. Temos um lugar no vasto mundo, mesmo na mais modesta atividade: nenhuma é desimportante desde que honesta. Assim, embora em outra dimensão, o local de trabalho, o emprego, se tornam um pouco a nossa casa; e os colegas passam a ser quase uma outra família, apesar de diferenças e desentendimentos – como em qualquer família. Estarei sendo idealista, romântica?

Não creio. Estou, sim, descrevendo uma situação ideal, mas é a que temos que desejar para todo mundo. Pois um trabalho indigno, mal recompensado, mal gerido, no qual não somos respeitados e apreciados, nos humilha e nos faz adoecer ainda que seja na alma. E é da alma, da psique, que se trata quando falamos de nós humanos – hoje se acredita cada vez mais que também os outros animais têm uma psique que deve ser levada em conta. Um simples animal doméstico pode ser mais agressivo ou mais afetuoso conforme o ambiente em que está e foi criado.

Aos poucos, evoluímos para o trabalho instituído com operários ou trabalhadores de qualquer setor e hierarquia, com alguns direitos, cada vez mais aperfeiçoados. Temos sindicatos, temos conselhos de classe, temos leis, temos, enfim, algo que se aproxima do melhor possível para que o trabalho nos dignifique.

Em boa parte do mundo as carências também são enormes. Mesmo em grandes cidades organizadas, onde as leis imperam mais e melhor, diariamente assistimos a multidões espremidas em conduções inaceitáveis, ônibus, trens, até caminhões (onde vão na boleia), quase como animais. Ou melhor: como alguns animais, pois muitos, como cavalos nobres, recebem tratamento incredivelmente melhor do que muitos trabalhadores. Porém, temos de ter um laivo de otimismo. Temos direitos, podemos reclamar, processar, fazer manifestações, recorrer aos sindicatos.

Mesmo em condições boas o trabalho nem sempre nos gratifica, portanto, não nos enobrece: por ser mal pago, por ser algo para o qual não nascemos para fazer, por ser demasiado mecânico e desinteressante, por nos obrigar a grandes sacrifícios físicos, enfim, talvez porque sonhemos demais, além de nossa real possibilidade.

O que fazer então? É preciso atendimento humano, psicológico, interessado, a cada operário ou funcionário de qualquer escalão, para que ele se conscientize de que o que deseja é possível e pode tentar mudar, ou de que seu sonho é irreal, e adaptar-se à realidade pode ser a melhor saída.

Nenhuma condição, nem mesmo alto salário ou localização ideal, é tão importante quanto se sentir necessário, ser apreciado, ainda que seja por colocar diariamente centenas de vezes o mesmo parafuso no mesmo lugar da mesma engrenagem.

Pois, sem esse mínimo objeto bem posto, alguma coisa há de falhar, e cabe ao empregador, no meio de tantas teorias, setores especializados, recursos humanos e psicólogos, em vez de tentar burlar as leis, aperfeiçoá-las, ir além da letra fria, e dar a quem trabalha a sensação essencial de que o seu trabalho, seja qual for, é importante e o está enobrecendo.

E para isso, mesmo cada dia dando um passo em frente, parece que ainda nos falta um longo caminho.

Lya Luft é romancista, poeta, contista, ensaísta e colunista da revista *Veja*. Sua obra está publicada em doze países. Mestre em Linguística Aplicada e em Literatura Brasileira, também é tradutora de alemão e inglês e já traduziu para o português autores como Virginia Woolf, Thomas Mann, Rainer Maria Rilke, Günter Grass, Hermann Hesse e Doris Lessing. Gaúcha, reside em Porto Alegre.

Ministério Público do Trabalho

Procurador-Geral do Trabalho
Luís Antônio Camargo de Melo

Vice-Procuradora-Geral do Trabalho
Eliane Araque dos Santos

Coordenador Nacional de Combate
às Fraudes nas Relações de Trabalho
(Conafret)
José de Lima Ramos Pereira

Coordenação editorial
Marcela Rossetto

Consultoria
Dimas Ximenes

Editora Terceiro Nome

Direção
Mary Lou Paris

Administração
Dominique Ruprecht Scaravaglioni

Revisão
Daniel Navarro Sonim

Capa e projeto gráfico
Valéria Marchesoni

Foto da capa
Walter Firmo

Os recursos para financiamento deste livro resultam da
ACP nº 00572-2005-018-10-00- 5 –
18ª Vara do Trabalho do Distrito Federal.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

V564 O verso dos trabalhadores / organizadores Rodrigo Farhat,
Alessandro Soares; textos Eliane Brum ... [et al.]; fotos Geyson Magno
... [et al.]. – São Paulo: Terceiro Nome, 2015. 164 p. : il. ; 25 cm.

ISBN 978-85-7816-160-6

1. Literatura - Crônicas. 2. Literatura brasileira. 3. Literatura africana.
4. Trabalhadores. 5. Escravidão. I. Farhat, Rodrigo. II. Soares,
Alessandro. II. Brum, Eliane. IV. Magno, Geyson.

CDU 82-94

CDD 809

Índice para catálogo sistemático: 1. Literatura: Crônicas 82-94
(Bibliotecária responsável: Sabrina Leal Araujo – CRB 10/1507)

Nesta edição, respeitou-se o novo
Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa.

Copyright © dos autores e fotógrafos, 2015

Todos os direitos reservados
à Editora Terceiro Nome
Rua Cayowaá, 895, Perdizes
05018-001 São Paulo-SP
fone +55 11 3816-0333
www.terceironome.com.br



Alguns textos deste livro falam diretamente sobre o trabalho escravo em pleno século 21. Outros podem ser lidos como breves relatos ficcionais, ou uma mistura de reportagem, crônica e memorialismo. Essa mescla de modalidades de discurso imprime uma dimensão intimista e, em alguns casos, poética a assuntos dramáticos e trágicos das sociedades brasileira e moçambicana.

Há algo em comum na vida de um operário de uma fábrica de cimento-amianto em São Paulo; de um funcionário de uma empresa de exploração de gás no extremo Norte de Moçambique; de um vaqueiro numa fazenda do Nordeste; de uma cozinheira nordestina numa casa paulistana; de um menino engraxate; de uma preta velha... Todos eles – crianças, homens e mulheres – são trabalhadores espoliados.

É preciso se libertar dos padrões dominantes da cultura do colonizador, que degrada a alma e o corpo do tecido social. É uma tarefa difícil, mas se inscreve no desejo ou no sonho de uma sociedade mais justa e solidária. E esse parece ser o tema mais ou menos implícito dos textos reunidos nesse *Verso do trabalhador*.

Milton Hatoum



Conafret
11 anos

ISBN 978-85-7816-160-6

